

**Landerson Lemos Santana De Araújo**

**Virgínia Leone Bicudo, Neusa Santos Souza e Lélia Gonzalez: numa encruzilhada**

**Vozes de uma psicanálise brasileira e descolonizada**

**Uberlândia**

**2020**

**Landerson Lemos Santana De Araújo**

**Virgínia Leone Bicudo, Neusa Santos Souza e Lélia Gonzalez: numa encruzilhada**

**Voices de uma psicanálise brasileira e descolonizada**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Instituto de Psicologia da  
Universidade Federal de Uberlândia,  
como requisito parcial à obtenção do  
Título de Bacharel em Psicologia.

**Orientador:** Prof. Dr. Antônio Carlos  
Lopes Petean

**Uberlândia**

**2020**

**Landerson Lemos Santana De Araújo**

**Virgínia Leone Bicudo, Neusa Santos Souza e Lélia Gonzalez: numa encruzilhada**

**Vozes de uma psicanálise brasileira e descolonizada**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Lopes Petean

**Banca Examinadora**

Uberlândia, 17 de dezembro de 2020

Prof. Dr. Antônio Carlos Lopes Petean (Orientador)

Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia - MG

Prof<sup>ª</sup>. Me. Luísa Parreira Santos (Examinadora)

Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia - MG

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Rafaela Cyrino Peralva Dias (Examinadora)

Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia - MG



*Para Maria das Dores, minha tataravó.*

*Com os pés sempre descalços andou*

*pelo mundo*

*deixou marcas*

*criou trilhas*

*escreveu nossas histórias*

## **Agradecimentos**

São dos nossos encontros que novos caminhos se abrem e assim nossa história, nossa vida, pode ser escrita.

Pela escrita da vida...

... A minha mãe, Mara Alice, que foi quem ouviu minha voz pela primeira vez e insistiu para que ela tivesse lugar.

... Ao meu pai, Vilmar Robson, que foi quem escreveu meu nome pela primeira vez. Um lanterneiro que em suas mãos sucata vira obra de arte. Com suas mãos abriu meus caminhos.

Pela escrita da transmissão...

... A minha avó, Nazareth Roberta, que foi com quem fazia minhas primeiras leituras e em sua companhia escrevia minhas primeiras histórias. Cuidava de mim como um filho e me transmitiu sua história.

Pela escrita do amor...

... Ao Max, que foi com quem minha história pudesse ser compartilhada e assim o homem que sou pode existir. Parceria que me ensinou a escrever com outras palavras o amor e o viver.

Pela escrita do (r)existir...

... A Agatha, Marcela, Isadora, Carol e Fernanda que cada uma, a sua maneira, garantiram momentos de risadas, lágrimas, aprendizados e resistências.

Pela escrita do reconhecimento..

... Ao meu orientador, Antonio Petean, que acolheu este trabalho e acreditou no meu dizer.

*Vozes-Mulheres*

*A voz de minha bisavó  
ecoou criança  
nos porões do navio.  
ecoou lamentos  
de uma infância perdida.*

*A voz de minha avó  
ecoou obediência  
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe  
ecoou baixinho revolta  
no fundo das cozinhas alheias  
debaixo das trouxas  
roupagens sujas dos brancos  
pelo caminho empoeirado  
rumo à favela*

*A minha voz ainda  
ecoou versos perplexos  
com rimas de sangue  
e  
fome.*

*A voz de minha filha  
recolhe todas as nossas vozes  
recolhe em si  
as vozes mudas caladas  
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha  
recolhe em si  
a fala e o ato.  
O ontem – o hoje – o agora.  
Na voz de minha filha  
se fará ouvir a ressonância  
O eco da vida-liberdade.*

*(Poemas de recordação e outros movimentos, p. 10-11).*

**Conceição Evaristo**

*é preciso a inauguração de uma psicanálise brasileira comprometida com a construção de uma clínica que não recuse a realidade histórico-social de nosso país e que leve em consideração o impacto dessa história na construção das subjetividades. Para tanto, também é preciso romper com o silenciamento.*

**Maria Lúcia da Silva**

## **Resumo**

Este Trabalho de Conclusão de Curso pretende resgatar as Histórias de Vida de três mulheres negras cujo o protagonismo na psicanálise brasileira por muito tempo foi apagado. São elas: Virgínia Leone Bicudo, Neusa Santos Souza e Lélia Gonzalez. O resgate destas histórias, e por sua vez, de seus protagonismos, atende ao nosso objetivo de desvelar o epistemicídio presente na psicanálise brasileira e propor a (re)emergência de uma psicanálise descolonizada. Para tanto, fizemos um percurso histórico e teórico a respeito do racismo na e como ciência, da eugenia e do embranquecimento no Brasil e a produção do epistemicídio como técnica colonial de apagamento do saber não eurocêntrico. Em seguida, apresentamos o conceito de Descolonização como modo de superação deste epistemicídio para enfim trazermos as Histórias de Vida destas psicanalistas como vozes de uma psicanálise descolonizada. Nos inspiramos no método de Histórias de Vida e adotamos suas bibliografias como documentos biográficos. Este trabalho deve ser considerado como um encontro e um diálogo entre estas psicanalistas e o autor. Desta forma, Virgínia, Neusa e Lélia, falam aqui do lugar de co-autoras.

**Palavras-chave:** Epistemicídio; Descolonização; Decoloniedade; Psicanálise; Eugenia

## **Abstract**

This Course Conclusion Paper aims to retrieve the Life Stories of three black women whose role in Brazilian psychoanalysis has long been erased. They are: Virgínia Leone Bicudo, Neusa Santos Souza and Lélia Gonzalez. The rescue of these stories, and in turn, of their protagonism, meets our objective of unveiling the epistemicide present in Brazilian psychoanalysis and proposing the (re) emergence of a decolonized psychoanalysis. To this end, we made a historical and theoretical journey about racism in and as a science, eugenics and whitening in Brazil and the production of epistemicide as a colonial technique for erasing non-Eurocentric knowledge. Then, we present the concept of Decolonization as a way to overcome this epistemicide to finally bring the Life Stories of these psychoanalysts as voices of a decolonized psychoanalysis. We were inspired by the Life Stories method and adopted its bibliographies as biographical documents. This work must be considered as a meeting and a dialogue between these psychoanalysts and the author. In this way, Virginia, Neusa and Lélia, speak here of the place of co-authors.

Keywords: Epistemicide; Decolonization; Decolonity; Psychoanalysis; Eugenics

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I - Metodologia: Histórias de vida “bibliografias como documentos de vida”.</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo II - Sobre o Racismo</b>	<b>15</b>
1.1 Racismo científico e a eugenia	15
1.2 Do branqueamento ao epistemicídio	19
<b>Capítulo III - Descolonização da psicanálise: por uma psicanálise brasileira decolonial ou não colonizada</b>	<b>25</b>
<b>Capítulo IV - Virgínia Leone Bicudo: Os primórdios de uma psicanálise brasileira</b>	<b>30</b>
<b>Capítulo V - Neusa Santos Souza: Os efeitos do racismo no psiquismo e suas resistências</b>	<b>34</b>
<b>Capítulo VI - Lélia Gonzalez: Uma voz político contra a colonização intelectual</b>	<b>39</b>
<b>Considerações Finais</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>46</b>

## INTRODUÇÃO

### O lugar da minha voz: “um sotaque periférico”

Começo este trabalho com a minha própria história e não haveria outra forma. Sempre falamos de algum lugar, não há neutralidade no ato de pesquisar, estamos *todas/os/es posicionadas/os/es* num lugar sócio-político, e é dele que falamos. Cito Grada Kilomba (2019):

Sendo assim, demando uma epistemologia que inclua a pessoa e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, pois *todas/os nós* falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específicas - não há discursos neutros. [...] a teoria está sempre posicionada em algum lugar e é sempre escrita por alguém. [...] contrariando o academicismo tradicional, *as/os* intelectuais negras/os se nomeiam, bem como seus locais de fala e de escrita, criando um discurso com uma nova linguagem. [...] O discurso *das/os* intelectuais negras/os surge, então, frequentemente como um discurso lírico e teórico que transgrida a linguagem do academicismo clássico. Um discurso que é tão político quanto pessoal e poético, como os escritos de Frantz Fanon ou os de bell hooks. (pp. 58-59)

Cito também Lacan (1975) em seu Seminário 1, onde destaca como o texto e o sucesso freudiano só foram possíveis pois o autor, Freud, aparece como sujeito. Para Lacan, Freud: “Ousou dar importância àquilo que lhe acontecia, às antinomias da sua infância, às suas perturbações neuróticas, aos seus sonhos [...] Assim, desde a origem, Freud sabe que só fará progressos na análise das neuroses se se analisar (p.10).

Este trabalho é resultado de uma pesquisa mas também de um processo pessoal que iniciou, pelo menos de forma explícita para mim, em 2017. De “lá para cá” sofreu várias modificações que estão diretamente ligadas a dois fenômenos comuns nas experiências de pessoas *negras/es/os*: a identificação e o racismo. Minha identidade negra foi construída em diversas experiências com outro, do amor à dor, cada indicador da minha negritude estabeleceu as formas de tratamento que me moldaram. O meu cabelo, crespo e volumoso, sempre foi o principal fenótipo alvo de racismo, por isso foi também aquele que mais sofreu

pelas químicas de alisamentos e lâminas na tentativa de suavizar ou arrancar de mim o meu pertencimento racial.

Hoje, como *várias/es/os negras/es/os* ostento um “black power em minha cabeça”, gosto desta expressão, pois, me leva a seguinte associação: é na cabeça, lugar onde habita o conhecimento, que carrego meu poder. Cada parte de nossos corpos, de *negras/es/os*, evidencia algo que a branquitude quis e quer dominar e no meu caso, e aqui neste trabalho, é o *conhecimento (cabeça)* e a *voz (boca)* que serão evidenciados. É a partir da minha trajetória educacional, da questão do saber, portanto, que emerge uma questão que mais tarde se configuraria em mote para esta pesquisa: “Por que sempre foi tão difícil poder estudar?” Questão que ganhará elaboração a partir da **pesquisa-militância**. Quanto mais resgato e me apodero deste lugar que nos é frequentemente negado, o do **saber**, o racismo se torna cada vez mais evidente para mim.

Comecei a falar muito cedo e como não tinha a idade mínima para ingressar na educação infantil, realizei os anos escolares iniciais duas vezes, ou como diz minha mãe: uma “sem valer” e a outra “pra valer”. Passei todos os anos da educação básica em escolas públicas e periféricas. Ouvindo da família, especialmente do meu pai, um homem negro, que a educação era o único caminho para nossa ascensão econômica, ao mesmo tempo em que a sociedade mostrava que aquele ensino que me era acessível não era suficiente para ascender. Por este motivo estudar psicologia não estava em meus planos, pelo menos não era minha primeira opção de carreira. Cresci acreditando que cursar Medicina era a única opção possível de ascensão, um desejo familiar que passou a ser meu.

A questão da qualidade do ensino público naquela época não era algo discutido, como faço hoje nos espaços que frequento, acadêmicos ou não, era algo que apenas sabíamos. Os “melhores colégios públicos” de meu bairro eram assim reconhecidos não graças à qualidade de seu ensino, mas sim, pelo o índice reduzido de violência e criminalidade.

Nos dois primeiros anos letivos do ensino médio já conciliava os estudos e o trabalho, como jovem aprendiz, e no terceiro ano letivo, eu e minha família conseguimos nos organizar mas, com muita dificuldade – principalmente financeira –, me matricular em um cursinho pré-vestibular de preço mais acessível na capital, Belo Horizonte. Neste cursinho tive a primeira experiência explícita de racismo envolvendo minha formação: no primeiro dia de curso, o professor de história solicitou que cada aluno se apresentasse e dissesse o curso pretendido. Quando eu disse que queria cursar medicina ouvi do professor: “Engraçado, mas você não tem o perfil de quem quer este curso, como o fulano por exemplo (que era branco) que já até parece médico”.

Tornou-se difícil permanecer no cursinho. Estava sempre cansado, pois, além de estudar em minha cidade pela manhã ir para a capital no turno da tarde, aquela frase “você não tem o perfil” ficava na minha cabeça. A questão do racismo, das desigualdades raciais socioeconômicas, dos estereótipos, e dos efeitos psíquicos do racismo presentes na minha história, só puderam ser compreendidas mais tarde. Depois de duas tentativas desisti do curso de medicina, mas permanecia aquela urgência, o imperativo de ingressar na universidade e ascender e, eu não podia perder outro ano. Como trabalhava junto a um setor de Recursos Humanos comecei a me identificar com aquela prática e foi quando escolhi tentar Psicologia.

Mas, uma vez mais, não foi nada simples. Havia conseguido a vaga em uma universidade particular através do exame nacional, mas não tinha dinheiro para pagar a taxa de matrícula. Perdi o primeiro semestre do ano letivo. Fiz algumas economias e no semestre seguinte, com a ajuda de meus pais e de minha avó, paguei a matrícula e posteriormente consegui financiamento do governo. Nesta época convivia com o que parecia uma constante tentativa desta instituição e da política de financiamento de me excluírem do corpo discente, por via da dificuldade burocrática. Neste lugar a assimetria racial e econômica era gigante, podia contar nos dedos *as/os/es negra/os/es* naquele espaço, estávamos frequentemente

divididos, marginalizados e perseguidos/vigiados pelos olhares. A realidade *das/es/os* colegas era completamente distinta da minha. Eu trabalhava o dia inteiro e estudava à noite, acordava 5h30m da manhã e chegava em casa depois da meia-noite. Passava em média 6 horas de meu dia dentro de um ônibus (de casa para o trabalho, do trabalho para faculdade, da faculdade para casa). Enquanto, muitos *das/es/os* colegas nunca haviam sequer trabalhado e não era raro passarem alguns de seus feriados fora do país.

Contudo, havia uma grande amiga que compartilhava parcialmente da minha realidade. Ela não era negra, mas também vinha de uma família pobre e periférica, e pelo fato de ser uma mulher em uma sociedade misógina, experimentava também efeitos de segregação e exclusão, sobre o que falávamos muito. Juntos tivemos a ideia de um projeto voltado para a comunidade escolar das periferias, cujo objetivo era promover maiores chances de ingresso desta população no ensino superior. Foi ali, meu primeiro contato com uma psicologia educacional. Infelizmente, este projeto nunca foi realizado, pois, não parecia haver interesse *pelos/es/os* docentes do curso. Tanto é que a primeira vez que discutimos a questão racial nesta instituição foi quando realizei um trabalho solicitado pela única docente negra, à época. Quanto mais eu avançava no curso, mais percebia as exclusões, os silenciamentos, a falta de representatividade e de interesse no tema por parte da psicologia, o que me fazia sentir não pertencente daquele território.

Comecei a estudar e me identificar com a psicanálise e aquilo que já percebia na psicologia também se revelava nesta teoria - o apagamento e silenciamento de referencial teórico de *negre/a/o*. Em uma ocasião, num círculo de psicanalistas, ouvi de uma mulher branca que acabara de conhecer: “Nossa você tem um *sotaque periférico*”. Era como se ela me dissesse: Você não pertence a este lugar. Eu era submetido a um estrangeirismo, a uma exotificação, pelo meu linguajar, marginalizado. O fato de ser negro e pobre sempre foi reconhecido e evidenciado pela branquitude com quem topei para distinguir nossos lugares de

fala, ou de quem fala . São os lugares do centro e da margem como mostrado por Grada Kilomba (2019) onde o academicismo, o discurso erudito e intelectual, é o lugar do saber valorizado, é o centro, enquanto o nosso transformado em outro, resto ou objeto (ou abjeto), restando à margem. Para fazer parte do centro tive que me esforçar ao máximo para abandonar o linguajar periférico, ‘embranquecer a língua’, como uma estratégia psíquica para sobreviver nestes espaços majoritariamente *brancos*.

Quando finalmente entrei na universidade pública, após 5 anos tentando, precisei mudar para mais de 400 km distante da minha família e amigos. Negro, Cotista, sozinho, tendo que aprender a reconstruir afetos num lugar desconhecido. Foi aqui que comecei a me aprofundar nos estudos sobre os processos de exclusão e silenciamento na/pela psicologia e psicanálise, ingressei num coletivo pessoas *negras/es/os* e *indígenas/es/os* e ajudei a construir a comissão de relações étnicos raciais do Conselho Regional de Psicologia do Triângulo Mineiro. Trilhar estes caminhos de fortalecimento racial e subjetivo, de produção intelectual e de atuação política era também resposta às várias experiências de racismo que eu sofria nesta universidade: como quando ouvi de docente, após se surpreender com o meu turbante ostentando com muito orgulho, “que se algo acontecesse com ele era porque eu havia feito um ‘vodu’”. Ou quando, na primeira experiência de “orientação” deste trabalho eu era frequentemente silenciado, questionado quanto a relevância desta pesquisa assim como *das/es/os outras/es/os pesquisadoras/es/os negras/es/os*, que apareciam como minhas referências. Durante quase dois anos, tudo que eu produzia para esta outra orientação era destinado ao lugar de “projeto de pesquisa” fazendo com que eu questionasse a minha capacidade de produzir uma escrita “acadêmica”, ou se a academia esse era o meu lugar. Só fui aceito como seu “orientando” quando consenti com a sua proposta de mudar a minha escuta: no lugar das mulheres negras que neste trabalho apresento, entrevistar docentes brancos de cursos de psicologia em universidade públicas e ouvir o que eles acham do

racismo. Ou seja, uma tentativa de ‘embranquecer’ minha pesquisa. Eu, evidentemente experimentei, assim como *várias/es/os outras/es/os negras/es/os* na universidade, a tentativa de silenciamento, epistemicídio, que eu queria desde o início abordar na pesquisa.

Levei um tempo para conseguir me desvencilhar desta tentativa de *re-colonização*. Foi um processo de luta, de formação política intelectual, onde o meu “sotaque periférico” encontrou um sinônimo: o “discurso do militante”. Embora esta expressão é comumente utilizada de forma desvalorativa pelo academicismo o que Suely Carneiro (2005), irá chamar de estratégia de *epistemicídio moderno*, eu assumo com tranquilidade meu posicionamento de *pesquisadormilitante*, e é deste lugar que eu escrevo: *escritas marginais* (Kilomba,2019). Pela minha trajetória passei a compreender que apenas faria sentido pesquisar algo que contribuísse para que *outras/es/os negras/es/os* não passasse por situações semelhantes ou piores que as minhas.

Hoje, portanto, não tento mais me distanciar deste efeito periférico ou do tom militante que minha fala possui, afinal numa sociedade como a nossa onde o racismo é estrutural e estabelece as coordenadas de subjetivação demarcando os lugares de dentro e fora, minha voz e aquilo que ela sustenta sempre será ouvida como algo periférico, da margem, do militante. Faço, e farei aqui, uso desta “externalidade” para perturbar este lugar que se pretende impermeável e neutro que o discurso acadêmico, assim como a psicanálise, sustentam. Subverto esta que entendo como geografia discursiva da exclusão, pois meu projeto nunca mais será conquistar um lugar de dentro, e sim, destruir quaisquer muros simbólicos, que separam o centro da margem. Nesse sentido cito Walter Mignolo (2008) quando afirma que: “Descolonial significa pensar a partir da exterioridade e em uma posição epistêmica subalterna vis-à-vis à hegemonia epistêmica que cria, constrói, erige um exterior a fim de assegurar sua interioridade”. (p. 304)

Certa vez meu pai me contou que minha tataravó, Maria das Dores, para quem dediquei este trabalho, ensinava as crianças a andar da seguinte forma: com uma enxada ela perfura a terra na frente da criança, um lado de cada vez, o som e o furo na terra fazia referência ao pisar, e como que numa dança a criança aprendia a andar, um finco de cada vez. Acredito que nossas histórias perfuram o campo do saber hegemônico e redesenham as cartografias dos campos do saber. Apresento neste trabalho histórias, junto a elas a minha própria, pois, este Trabalho de Conclusão de Curso, que você *leitora/e/o* seguirá só foi possível assim. Insistindo no meu desejo, na minha história, na minha ancestralidade. Precisei buscar em outro território do saber, nas ciências sociais, uma orientação negra que acolhesse esta pesquisa. Precisei reconstituir a minha história e a dos meus ancestrais: ouvir a história de minha avó, mulher negra e retinta, neta de mulher escravizada, filha do morro e que com(o) minha mãe, pelo cuidado, me transmitiu o saber e a língua. Ouvir a voz de meu pai que por muito tempo estava materializada em corpo, no mundo, no meu mundo, sendo a base do meu fazer viver, sendo de onde eu herdo minha negritude. E ouvir e ser ouvido pela minha mãe, uma mulher branca, trabalhadora, que me alimentou com vida, amor e palavras. É com isso que escrevo.

*A/e/o leitora/e/o* já deve ter reparado que nas palavras que em nossa língua “exigem” a indicação de gênero de pessoas, eu utilizo além dos artigos “a” e “o”, a letra “e” e as coloquei em itálico. Recorro a este recurso ortográfico/linguístico e político inspirado por Grada Kilomba (2019). Este recurso serve para evidenciar e se opor às relações de poder e de opressão que a língua portuguesa nos impõe. Nas palavras da autora:

[...] a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade. No fundo, através das suas terminologias, a língua informa-nos constantemente de quem é normal e de quem é que pode representar a verdadeira *condição humana* (Kilomba, 2019, p.14, grifo da autora)

Optei por não recorrer ao uso da letra “x” ou do símbolo “@”, considerando que na leitura feita por tecnologias de acessibilidade para *cegas/es/os* ou na tradução em libras, a inclusão destes caracteres dificultaria a tradução/transmissão. As palavras *europa*, *américa* foram escritas com letra minúscula e em itálico em função da discussão feita no terceiro capítulo. Estas alterações não foram feitas nas citações diretas.

Os capítulos estão organizados da seguinte forma: no primeiro capítulo apresento a metodologia utilizada, *Histórias de Vida*; no segundo, apresento os conceitos de *racismo científico*, *eugenia*, *branqueamento* e *epistemicídio*; no terceiro, apresento os conceitos de *Descolonização e Decoloniedade*, referencial teórico, que aponta uma direção possível para uma psicanálise brasileira; o quarto, quinto e sexto capítulos estão dedicados às coautoras: Virgínia Leone Bicudo, Neusa Santos Souza e Lélia González; e por último as considerações  ~~finais~~. A palavra foi tachada como recurso estético-político que indica que não há pretensão de tudo dizer com esta pesquisa ou mesmo portar uma verdade sobre o tema. Este trabalho deve ser tomado como catalisador de discussões posteriores.

Considero importante explicar o título que abre este trabalho. Começo pelos nomes das psicanalistas: **Virgínia Leone Bicudo, Neusa Santos Souza e Lélia González**, pois meu objetivo é evidenciar pelo resgate de suas biografias a denegação do racismo na história e transmissão da psicanálise no Brasil bem como suas contradições. Ao debruçarmos sobre suas histórias, o que se desvela é o apagamento da intelectualidade negra na formação e transmissão psicanalíticas, revelando os efeitos do racismo em sua produção intelectual caracterizando o epistemicídio da psicanálise brasileira. Mostraremos como as Histórias de vida destas psicanalistas estão intimamente ligadas à história da psicanálise, mas o que as aproximam e também as marginaliza - ou exclui estas mulheres da história oficial da psicanálise - são fenômenos coloniais e racistas, a saber: o silenciamento, apagamento, embranquecimento. Vale ressaltar que meu encontro com estas mulheres aconteceu graças ao

meu incômodo com a falta de estudos e representatividade de pessoas negras na minha formação em psicologia e psicanálise. Estas mulheres nunca foram citadas *pelas/es/os* docentes de nenhuma das universidades que cursei (pública ou privada), e por muitas vezes sendo eu, na posição de discente, negro e cotista, quem introduz seus nomes nas disciplinas.

A expressão “**numa encruzilhada**” se refere à tentativa de fazer neste trabalho um ponto de encontro entre estas mulheres, uma abertura para a palavra, uma disposição à escuta dessas vozes que aqui ecoaram tanto como referências bibliográficas como de co-autoras desta pesquisa. Segundo o dicionário Michaelis *encruzilhada* significa: “1. Lugar onde ruas, caminhos e estradas se cruzam; cruzamento, encruzada; 2. Momento ou situação em que se apresentam várias possibilidades para se chegar a uma decisão; 3.CAP. Rasteira semelhante ao corta-capim, que se completa quando o pé do agressor dá um calço no adversário”. Faremos uso dos sentidos 1 e 2, embora o três também seja útil, se pensarmos no nosso adversário: o racismo. Também, não obstante, resgato a partir de Rodrigues Júnior (2018) o sentido da palavra, encruzilhada, nas espiritualidades com matriz africana:

As encruzilhadas são campos de possibilidades, tempo/espço de potência, onde todas as opções se atravessam, dialogam, se entroncam e se contaminam. Uma opção fundamentada em seus domínios não versa, meramente, por uma subversão. Dessa forma, não se objetiva, meramente, a substituição de uma perspectiva por outra. A sugestão pelas encruzilhadas é a de transgressão, é a traquinagem própria do signo aqui invocado. São as potências do domínio de Enugbarijó, a boca que tudo engole e cospe o que engoliu de forma transformada. (p.75)

O subtítulo **Vozes de uma psicanálise brasileira e descolonizada** continua o desejo posto no parágrafo anterior e se estende ao objetivo deste trabalho que é de apresentar estas mulheres como referencial para um projeto de descolonização da psicanálise, para uma psicanálise brasileira. Destacamos a voz, pois, o silenciamento continua sendo uma estratégia colonial/escravista contra *não-brancas/e/os* e não à toa: “o que acontece quando falamos? e sobre o que podemos falar?” (Kilomba, 2019, p.33). É através dela - da palavra em seu estatuto de palavra falada - que a história se transmite e, especialmente, no caso da história

negra e indígena que pela oralidade se transmitiu, mesmo que a chamada “História Oficial”, escrita, a tenha tentado silenciar/apagar. Vozes que foram marginalizadas, desvalorizadas, frequentemente desqualificadas pela branquitude que tenta nos despejar nas caçambas de lixo da “História Oficial”.

Ora, na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via psicanálise. E justamente a partir da alternativa proposta por Miller, ou seja: por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar? E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa. (Gonzalez, 1983, p,225)

Vamos falar, e muito! E como disse Neusa Sousa Santos no programa Espelho em entrevista com Lázaro Ramos: Tomamos a palavra!

## Capítulo I - Metodologia: Histórias de vida “bibliografias como documentos de vida”.

A metodologia escolhida para esta pesquisa será Histórias de vida, que segundo Neusa Santos (1983) “é uma técnica que tem tradição nas ciências sociais [...] Mais recentemente, a Psiquiatria e a Psicanálise têm-se utilizado das auto bibliografias para o estudo aprofundado do seu objeto” e destaca que “Freud elaborou a teoria da paranóia com base no relato autobiográfico [...] o famoso caso Schreber” (p.71) . Nela, portanto, o pesquisador entra em contato com as narrativas *das/es/os sujeitas/es/os* que vivem o fenômeno estudado. Abreu (2004) define:

[...] o relato de vida consiste na história de uma vida ou acontecimento tal qual a pessoa vivencia ou vivenciou. Assim, não é necessária a verificação da autenticidade absoluta dos fatos, pois o que interessa [...] é o ponto de vista do sujeito. O objetivo desse tipo de estudo é justamente aprender e compreender a vida conforme ela é relatada e interpretada pelo próprio autor. (p.42)

Nogueira et. al. (2017) completa:

o método de história de vida participa da metodologia qualitativa biográfica na qual o pesquisador escuta, por meio de várias entrevistas não diretivas, gravadas ou não, o relato da história de vida de alguém que a ele se conta (p.468)

A metodologia foi sugerida pelo meu orientador diante da minha preocupação com meu estilo de escrita narrativo. Havia aprendido que este estilo de escrita era pouco atrativo no universo científico sendo frequentemente questionada e criticada por *outras/os/es* docentes que diziam: o texto do pesquisador deve sustentar uma “imparcialidade”. Porém, descrente desta imparcialidade e, aliás, intencionalmente assumindo uma postura parcial e política, a metodologia se fez pertinente uma vez que orienta *a/e/o pesquisadora/e/o* aparecer enquanto *sujeita/e/o* da/na sua pesquisa (Maccali et al. 2013).

Outra justificativa para a metodologia é o fato de ela considerar *as/es/os sujeitas/es/os entrevistadas/es/os* como *co-autoras/es/os* da pesquisa e não como objetos: “[...] o ponto

fundamental que diferencia o método de história de vida de outras abordagens clássicas é o respeito que o pesquisador tem pela opinião do sujeito” (Abreu, 2004, p. 43), “o sujeito narrador da história não se limita, assim, a ser um ‘objeto’ de pesquisa [...]”, “é um coautor do trabalho, participante ativo (e reconhecido) do conhecimento produzido” (Nogueira et. al, 2017, p.469 e 478).. Tal proposição me interessa, pois, uma das primeiras leituras que me introduziu na pesquisa negra e militante foi o livro de Djamila Ribeiro, “O que é lugar de fala?”, publicado em 2017. Ainda que na temática racial nós compartilhamos do lugar de fala, destaco que são mulheres negras as protagonistas desta pesquisa. Dessa forma, não desejo falar por elas mas que sejam vozes ativas na pesquisa.

Poderíamos ainda pensar as relações entre esta metodologia com a psicanálise, pois, ambas se interessam pelas narrativas particulares e ambas pressupõem que estas narrativas evidenciam um fenômeno da história coletiva. Assim como a psicanálise, a metodologia escolhida propõe que *as/es/os sujeitas/es/os* contem suas histórias eles mesmos, sendo *a/e/o* analista ou, neste caso, *a/e/o pesquisadora/e/o uma/e/o interlocutora/e/o* com uma escuta atenta. As perguntas que queremos responder são: **Em que as histórias destas mulheres contribuem para entendermos o desenvolvimento da psicanálise no Brasil e, ainda, como poderíamos construir uma psicanálise brasileira, descolonizada?** O método nos ajuda, “pois, a história de vida, por mais particular que seja, é sempre relato de práticas sociais: das formas com que o indivíduo se insere e atua no mundo e no grupo do qual e faz parte” (Abreu, 2004, p.43).

Porém um impasse surgiu ao me debruçar sobre esta metodologia: se tratando de uma metodologia de entrevistas, como eu a utilizaria se as três mulheres com quem eu queria dialogar já haviam falecido? Em conversa com o orientador ele acolheu esta angústia e sugeriu: tomemos suas “bibliografias como documentos de vida”. De fato, isto seria possível, pois, como já disse, não há imparcialidade nas ciências e ao pesquisar *a/e/o pesquisadora/e/o*

manifesta ali o seu desejo e seus sintomas, se pensarmos pela psicanálise. Segundo Braga (2016) quando se trata do método psicanalítico, o campo de pesquisa é lido como um campo transferencial entre *a/e/o analista-pesquisadora/e/o* e seu objeto de pesquisa. Portanto, as escolhas *da/e/o pesquisadora/e/o* correspondem ao seu desejo, seu desejo de saber algo. Mas também, *toda/e/o pesquisadora/e/o* está *marcada/e/o* por um lugar político-social do qual se fala mesmo que acredite não o fazer, se pensarmos com a sociologia (Ribeiro, 2017; Gomes, 2013). Aliás, os registros escritos aqui, tomados como narrativas, podem ser justificados na afirmação de Nogueira et. al (2017) de que “assim, como dimensão da experiência, a narrativa postula uma relação possível entre o tempo do mundo da vida, o do relato e o **da leitura**” (p. 470, grifo nosso). Portanto, leremos seus trabalhos também como narrativas de suas vidas, pois “leituras e escritas, falas e escutas - processos indissociáveis. [...] Ler é escrever o texto lido, tornando-o outro, o que nos remete ao pesquisador, à relação de interlocução estabelecida no contar a vida” (idem, p. 469).

Continuamos dialogando com a autora ao afirmarmos que a metodologia deve ser **viva** e a cada encontro com o problema de pesquisa ela se modifica, se singulariza. Sobre isso ela afirma que:

[...] cada método se constitui e reconstitui sustentado da tríade pesquisador-caminho-mundo. O percurso metodológico que cada pesquisador trilha em sua pesquisa deve possibilitar o deslocamento do pensamento, abrir possibilidade de ver os vários mundos no recorte de mundo que se deseja compreender. Nesse sentido, cabe sublinhar que toda metodologia foi e é reinventada. (p. 468)

Outros métodos poderiam ser ainda utilizados para este trabalho como a pesquisa documental, revisão bibliográfica, historiografias, cartografias etc., mas nestes casos talvez perderíamos o aspecto vivo e o compromisso de não objetificar nossas co-autoras. Para finalizar este capítulo cito a frase de Gonçalo Tavares citado por Nogueira et. a (2017): “Tu não usas uma metodologia. Tu és a metodologia que usas” (p.480). Portanto, a metodologia

História de Vida é aqui ato político desse pesquisador militante e seu compromisso ético com seu desejo de manter vivas estas vozes e a sua própria voz.

## Capítulo II - Sobre o Racismo

### 1.1 Racismo científico e a eugenia

O racismo científico surge no século XVIII como teoria pseudocientífica para explicar a suposta diferença entre “raças humanas” e posteriormente justificar a dominação branca das demais “raças”. Mais precisamente, como afirma Quijano (2005), o racismo científico serviu para “naturalizar” a superioridade da raça branca contra todas as outras. Desenvolvido principalmente pela biologia a partir de suas classificações de raças, o racismo científico perdurou tanto tempo que mesmo com sua negação pela própria ciência ele já havia se articulado à política, religião, intelectualidade, culturas, etc., transpondo de um lugar de suposta racionalidade para um lugar ideológico. Sobre isso, Munanga (2002) afirma:

[...] com os progressos realizados na própria ciência biológica (genética humana, biologia molecular, bioquímica), os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram à conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito aliás cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem (pp.4-5).

Para Quijano (2005):

E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. (p.117)

Formatando as relações sociais, o racismo se fez presente de maneira histórica e violenta na construção das sociedades, como na brasileira. Ainda com Quijano (2005) a ideia de raça legitimava as relações de dominação entre *europa* e *américa*, ou seja, justificativa o sequestro e permanência dos negros africanos e brasileiros na escravização que durou aproximadamente 400 anos. Praticado pelo estado de forma velada (ou não<sup>1</sup>) o racismo não

1 Basta retomarmos os estudos de encarceramento em massa e/ou analisarmos os indicadores sociais de direitos fundamentais. Já é sabido que o Estado Brasileiro herda do colonialismo e do escravismo a

precisa ser ensinado, ele é naturalizado e faz parte das relações sociais e, por sua vez, das construções subjetivas da nossa sociedade. Aqui, mesmo com a dita abolição da escravatura, o racismo não se revela apenas em atos discriminatórios explícitos, mas se evidencia ao confrontarmos, por exemplo, os indicadores sociais de acesso a direitos constitucionais revelando sua forma estrutural na realidade brasileira (Almeida, 2018; Kon, 2017). Tais impedimentos de acesso, historicamente produzidos pelo Estado, perpetuam a desigualdade racial demarcando os lugares sociais de negros e brancos, confundindo raça em classe e dificultando as mobilidades sociais. Souza (1983) afirma que:

A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior” (p.19).

As relações raciais no Brasil se complexificam, pois, após um período agravado de genocídio do povo negro através da escravização, nos pós abolição, além das estratégias de criminalizar a população negra, o Estado financiou a imigração branca dando manutenção ao genocídio pela miscigenação. O produto ideológico desta violência foi o surgimento da **denegação do racismo** pela crença de cordialidade entre as raças, a democracia racial, que na verdade só mascarava a violenta realidade racial do país. Lélia Gonzalez (1988a) elabora o conceito de denegação do racismo a partir da denegação freudiana (*Verneinung*):

Para um bom entendimento das artimanhas do racismo acima caracterizado, vale a pena recordar a categoria freudiana de *denegação (Verneinung)*: “processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um de seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalcado, continua a defender-se dele, negando que lhe pertença” (Laplanche e Pontalis, 1970). Enquanto denegação de nossa ladinoamefricanidade, o racismo “à brasileira” se volta justamente contra aqueles que são o testemunho vivo da mesma (os negros), ao mesmo tempo que diz não o fazer (“democracia racial” brasileira). (p.71)

Outra teoria ganhou força no país e contribuiu para a manutenção do racismo pela produção intelectual, implicando no surgimento de políticas de controle social no Brasil: a

*Necropolítica*, termo desenvolvido por Achille Mbembe para falar de quando as políticas do Estado passa a decidir quem vive e quem morre.

Eugenia. Ela chega ao país em 1917 por meio do médico sanitarista Renato Kehl (Moore, 2007; Torres, 2008). Cunhada por Francis Galton em 1883, a teoria preconiza um controle social para purificação das raças, a partir de sua apropriação da teoria evolutiva e da seleção natural de seu primo Darwin.

A palavra eugenia (do grego eu-, ‘bem’, ‘bom’, e -genéia, ‘evolução’, ‘origem’, ‘raça’) significa “boa linhagem”. A ciência da eugenia, conhecida como “ciência da boa geração”, foi desenvolvida por Francis Galton (1822-1911), na Inglaterra, sob influência da leitura do livro *A origem das espécies* (1859) de autoria de seu primo, Charles Darwin. Acreditando serem as capacidades humanas resultantes muito mais da hereditariedade do que da educação, Galton propôs a procriação consciente através da união entre indivíduos “bem dotados biologicamente” como forma de aperfeiçoamento social. (Torres, 2008, p. 2)

Galton acreditava que a partir da seleção de determinadas características (estéticas, culturais, intelectuais etc.) seria possível produzir homens e mulheres de “qualidade superior” (idem). Esta teoria criticava, aliás, abominava a miscigenação gerando, portanto, uma certa contradição com o que fora praticado no Brasil impactando na construção de uma identidade brasileira. Na expectativa de uma sociedade pura, os eugenistas fundiram suas ideias ao higienismo, no Brasil, tendo como representantes além do fundador do Sociedade Eugênica de São Paulo (primeira na *américa* latina) Renato Kehl, médicos psiquiatras, educadores, que integravam de maneira técnica-política o governo Vargas (Torres, 2008).

A proliferação das ideias eugênicas dependia de importantes atores sociais como *professoras/es/os, médicas/es/os, advogadas/es/os, políticas/es/os, membras/es/os* da igreja cristã e artistas<sup>2</sup>. (Moore, 2007). As duas modalidades da eugenia estavam presentes nas formações e atuações destas figuras, sendo elas: a eugenia positiva e a negativa. Segundo Mai e Angerami (2006) a eugenia positiva tem como objetivo:

a seleção eugênica na orientação aos casamentos e estimular a procriação dos casais considerados eugenicamente aptos para tal. A seleção matrimonial destinar-se-

2 Importante destacar a presença de Monteiro Lobato entre os representantes do eugenismo no Brasil. As obras de Monteiro Lobato estão permeadas pelas ideias eugênicas e são consumidas há anos pelo grande público especialmente o título “Sítio do picapau amarelo” que inclusive ganhou adaptações em canais da televisão aberta tendo como público alvo crianças e adolescentes.

ia à seleção de boas linhagens hereditárias a fim de, preferencialmente, alcançar o ‘tipo eugênico’, tido como uma “synthese feliz de qualidades superiores de temperamento e de inteligência”. **Considerava-se que esses indivíduos eugênicos concentravam-se principalmente nas altas camadas dirigentes e classes superiores de qualquer sociedade, cuja pequena minoria de algumas centenas ou de alguns milhares de indivíduos poderiam dizer mais da capacidade de um povo do que os vários milhões das suas classes populares.** [...] Muitas outras medidas potencializadoras para viabilizar o nascimento de crianças saudáveis e perfeitas eram defendidas como **educação eugênica** [...]. (p.254, grifo nosso)

enquanto da eugenia negativa:

visava o segundo aspecto do ideal eugênico, ou seja, diminuir o número dos seres não-eugênicos ou disgênicos e incluía basicamente a limitação ao casamento e procriação daqueles assim considerados. Propunha-se maior controle governamental sobre os casamentos e sobre a reprodução, através da exigência de exames pré-nupciais e de estudos genéticos, sendo a procriação desaconselhada, por exemplo, em caso de avançada idade materna ou de consanguinidade do casal. [...] limitações nas políticas imigratórias do país; discutia-se sobre segregação e esterilização de doentes mentais e outros degenerados.[...] **alcançando elementos sociais que compunham as classes mais desfavorecidas e empobrecidas da população, compostas prioritariamente de negros, mulatos e mestiços**, os quais eram considerados por muitos eugenistas como elementos inferiores [...] **A ciência convertia-se em uma ferramenta para a análise social**, sendo especialmente bem-vinda uma ciência de melhoramento racial num momento em que as **análises raciais** alcançaram grande prestígio junto às elites brasileiras.(idem)

Um ótimo exemplo disso é a presença do eugenismo nos materiais escolares que se baseavam numa moralidade, higiene, papéis de gênero, configurações familiares etc., de uma elite branca. Estes materiais supervalorizavam a brancura e negativaram o negro ou o excluía enquanto portador de cultura, história etc. (Gioppo, 1996). Portanto, a eugenia contribuiu para uma escolarização brasileira assimétrica e racista.

Portanto, racismo científico e eugenia estão na base da estruturação social, subjetiva e intelectual. Como afirma Quijano (2005):

a ideia de raça é uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento.

Nos próximos tópicos aprofundaremos, especialmente, no que diz respeito à produção do conhecimento.

## 1.2 Do branqueamento ao epistemicídio

Outro processo presente nos espaços de formação (intelectual, cultural, subjetiva etc.), e que deriva do projeto de miscigenação é o branqueamento ou embranquecimento.

O branqueamento pode ser entendido, num primeiro nível, como resultado da intensa miscigenação ocorrida entre negros e brancos desde o período colonial, responsável pelo aumento numérico proporcionalmente superior dos mestiços em relação ao crescimento dos grupos negros e brancos na composição racial da população brasileira. O branqueamento, todavia, não poderia deixar de ser entendido também como uma pressão cultural exercida pela hegemonia branca, sobretudo após a Abolição da Escravatura, para que o negro negasse a si mesmo, no seu corpo e na sua mente, como uma espécie de condição para se “integrar” (ser aceito e ter mobilidade social) na nova ordem social. (Carone, 2014, pp. 13-14)

Costuma ser associado principalmente à dimensão estética, uma vez que a supervalorização da brancura força *negras/es/os* a buscar os fenótipos brancos através de processos violentos e mutilações de seus corpos. Quantos de nós já nós vimos recorrendo a processos químicos para alisar nossos cabelos, removê-los de nossos corpos? Há outros que recorrem a procedimentos estéticos invasivos como cirurgias plásticas em seus narizes e bocas. Cito Santos (1983):

Os esforços de curar “ferida” vão então suceder-se numa escalada patética e dolorosamente inútil. Primeiro tenta-se metamorfosear o corpo presente, atual, de modo penoso e caricato. São os “pregadores de roupa” destinados a afilar o nariz ou os produtos químicos usados para alisar o “cabelo ruim”(p.7)

A autora nos explica que, em função da dor insuportável que é ser *negra/e/o* numa sociedade da brancura, a rejeição da negritude é “levada ao nível do desespero, violenta o corpo físico. E então, algo mais para além do corpo biológico - o corpo erógeno, [...] é crucialmente lesado”. (p.35). O embranquecimento então estende ao campo subjetivo fazendo com que busquemos esquecer ou suprimir nossas origens culturais de matriz africana, numa

tentativa de abolir toda e qualquer manifestação da negritude, “o expurgo de qualquer ‘mancha negra’” (Santos, 1983, p. 34). Vale lembrar que o prejuízo acarretado por isso não se restringe a *negras/es/os* e indígenas, embora sejam os que mais sofrem por este processo. O prejuízo está colocado para toda uma identidade brasileira que se vê constantemente no espelho *européu* e entra em conflito com sua própria história de miscigenação e sua geografia latino-americana, ou melhor, ladinoamefricana. Lélia Gonzalez (1988a) cunha o termo ao fazer um

enfoque da formação histórico-cultural do Brasil que, por razões de ordem geográfica e, sobretudo, da ordem do inconsciente, não vem a ser o que geralmente se afirmar: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas. Ao contrário, ele é uma **América Africana** cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o *t* pelo *d* para, aí sim, ter seu nome assumido com todas as letras: **Améfrica Ladina** (não é por acaso que a neurose cultural brasileira tem no racismo o seu sintoma por excelência). Nesse contexto, todos **os brasileiros (e não apenas os “pretos” e os “pardos” do IBGE) são ladinoamefricanos** (p. 69, grifo nosso)

O branqueamento pode ser pensado como uma manifestação psíquica de defesa do Eu garantindo uma suposta sobrevivência de corpos negros em espaços majoritariamente brancos. Santos (1983) explica que em função da “construção de um Ideal de Ego branco, a primeira regra básica que o negro se impõe é a negação (p.34). Kilomba (2019) afirma que, pela negação “eu não sou negra/o” *a/e/o sujeita/e/o* coloca em funcionamento a “defesa do ego no qual uma experiência só é admitida ao consciente em sua forma negativa” (p.236). Este fenômeno se estende a diferentes terrenos, intimamente ligados aos processos de subjetivação: teremos nossas religiões de matriz africanas demonizadas pelo cristianismo; uma arte embranquecendo nossas obras e artistas; e uma história embranquecendo nossos fatos. Neste trabalho discutiremos principalmente uma intelectualidade embranquecida, que tenta não só roubar o protagonismo de nós *negras/es/os*<sup>3</sup> mas forçar uma brancura nas nossas formações acadêmicas - e subjetivas.

3 O que poderíamos afirmar a partir de Kilomba (2019) como uma repetição do passado colonial-escravista

Este ideal de brancura intelectual que se revela, fruto do eurocentrismo, ou seja, o controle intelectual eurocêntrico na produção do saber associado ao racismo e a eugenia constituem o terreno fértil para produção e manutenção do epistemicídio. O epistemicídio é um processo em que toda uma episteme, linha de pesquisa, campo teórico, ou seja, toda possibilidade de produção de pensamento é suprimida, morta. (Carneiro, 2005). Uma tentativa consciente ou não de remover referenciais acadêmicos, falsear histórias ou apagar elementos culturais e intelectuais de origem não branca. Articulado ao eurocentrismo intelectual e cultural presente nas universidades, escolas, manifestações artísticas etc. (Ribeiro, 2017). Uma escalada da eugenia negativa, ou seja, que opera pela supressão, cuja manutenção se dá pelo racismo estrutural e institucional. Qualquer produção de valorização negra-indígena, feita por ou para seus pares não é citada ou indicada mesmo que a temática seja racial-étnica. Carneiro (2005) afirma que:

Em sua versão mais contemporânea nas universidades brasileiras, o epistemicídio [...] se manifesta também no dualismo do discurso militante versus discurso acadêmico, através do qual o pensamento do ativismo negro é desqualificado como fonte de autoridade do saber sobre o negro, enquanto é legitimado o discurso do branco sobre o negro. Via de regra a produção branca e hegemônica sobre as relações raciais e dialoga entre si, deslegitimando a produção dos pesquisadores e ativistas negros sobre o tema. Isso é claramente manifesto nas listas bibliográficas utilizadas onde, via de regra, figuram autores negros não-brasileiros, ou no fato de quão poucos intelectuais negros brasileiros alcançaram prestígio nacional e internacional. (p.60)

[...] o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. (97)

Ou seja, quando o tema das relações étnico-raciais aparece, tem como referencial teórico materiais ou de autoria branca, ou não brasileira, ou ainda que por muito tempo, como já dissemos, serviu para manutenção da discriminação racista destes corpos. Ao observarmos nossas formações acadêmicas nos deparamos com uma ausência significativa de um referencial negro ou indígena. Portanto, os campos da psicologia e da psicanálise, objetos desta pesquisa tem um referencial teórico amplamente branco e *européu*. Neusa Santos Souza em 1983 já denunciava isto destacando a psicanálise:

A justificativa histórica deste trabalho se fundamenta na constatação inequívoca da precariedade, no Brasil, de estudos sobre a vida emocional dos negros e da absoluta ausência de um discurso, a esse nível, elaborado pelo negro, acerca de si mesmo. A outra justificativa, presença insólita ou grande ausente dos trabalhos acadêmicos, é de caráter emocional. (p.17)

Em relação a psicologia em geral, o próprio Conselho Federal de Psicologia (CFP) por meio da cartilha, *Relações Raciais: referências técnicas para a atuação de psicólogas(os)*, publicada em 2017, reconhece este silenciamento:

“Todos os revisores, sem exceção, notaram a escassa produção entre as(os) psicólogas(os) sobre relações raciais, o que indica que a negação da temática na sociedade tem sido repetida na Psicologia, ainda que os artigos publicados colaborem significativamente para a discussão do tema dentro (e fora) do universo psi.” (p. 84)

A luta contra estes fenômenos não é recente, embora sejam suas conquistas legais - o que reforça o racismo estatal e institucional. No âmbito jurídico, desde as leis coloniais (sexagenários, ventre livre e abolição etc.) até a Constituinte de 1988 tivemos algum progresso. Graças principalmente aos movimentos sociais, especialmente os Movimentos Negros, leis como a do Estatuto da Igualdade Racial (Brasil, 2010) e a Lei de Cotas Raciais no Ensino Superior (Brasil, 2012), proporcionaram implementação de políticas públicas reparatórias e de promoção da igualdade entre *brancas/os*, *negras/os* e não *brancas/os*. Destacando o âmbito educacional e intelectual - mais próximo a discussão deste trabalho - temos a lei 10.639 (Brasil, 2003) que obriga ao ensino da história e cultura afro-brasileira nas

escolas e que teve desdobramentos importantes dentro das universidades públicas, como a mudança de projetos pedagógicos de cursos de licenciaturas (Ministério da Educação, 2004; Monteiro, 2010) . No que diz respeito às conquistas em relação ao campo da psicologia podemos destacar, especialmente: A resolução 18 de 2002, que “Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial<sup>4</sup> ,e a própria cartilha supracitada.

Mas, quando observamos as datas da legalização dessas conquistas em contrapartida aos quase 400 anos de escravização, nota-se a morosidade do Estado Brasileiro na efetivação de políticas de igualdade racial nos levando a perguntar - embora já saibamos a resposta - quão severas foram as consequências para as pessoas negras? Aliás, é preciso evidenciar mesmo que seja óbvio, a repetição da morosidade do instrumento jurídico do Estado Brasileiro, pela instituição Psicologia Brasileira, representada pelo seu Sistema de Conselhos, no que diz respeito ao debate racial. Basta olharmos com atenção a diferença entre as datas dos textos aqui citados: Torna-se Negro (1983), a Resolução de 2002 e a Cartilha de 2017, todas balizadas em torno de um mesmo problema: ausência significativa de pesquisas raciais no universo psi. Maria Aparecida Bento (2014) , nesses sentidos, afirma que:

É compreensível o silêncio e o medo, uma vez que a escravidão envolveu apropriação indébita concreta e simbólica, violação institucionalizada de direitos durante quase 400 dos 500 anos que tem o país. Assim, a sociedade empreendeu ações concretas para apagar essa "mancha negra da história", como fez Rui Barbosa, que queimou importante documentação sobre esse período. Essa herança silenciada grita na subjetividade contemporânea dos brasileiros, em particular dos brancos, beneficiários simbólicos ou concretos dessa realidade. (p. 45)

É importante destacar que vários trabalhos foram realizados dentro do campo da psicologia com a temática racial, inclusive sendo objetivo deste trabalho resgatar alguns deles. O que estamos problematizando é justamente este silenciamento, esta invisibilidade das

4 Tal resolução foi elaborada a partir de um evento chamado “Preconceito racial humilha e a humilhação social faz sofrer” em 2002 pelo CRP/SP.

pesquisas feitas por/para *negras/os*. É necessário, pois, reformular nossa pergunta: quão severas foram as consequências sociais-políticas e psicológicas para as pessoas negras?

### **Capítulo III - Descolonização da psicanálise: por uma psicanálise brasileira decolonial ou não colonizada**

Colonização é este processo no qual a *europa* expande seu território pela invasão de outros lugares do mundo que começou com a expansão marítima, falsamente, e eurocentricamente, chamada de “era dos descobrimentos”. Está invasão seguida de processos de subalternização, extermínio, imposição cultural e etc. criava essa extensão geopolítica de controle denominada colônia. Aníbal Quijano, sociólogo peruano, autor da ideia de “colonialidade do poder” nos explica, em seu trabalho, *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina* (2005), como que com a estabilização da *europa* como o *centro do mundo* criou as condições desta de não só dominar economicamente o mundo mas também iniciar o seu “processo de re-identificação histórica” (p.121), das demais localidades do globo criando então a partir da sua colonialidade termos como: ocidente, oriente, bem como os nomes dos continentes e as categorias étnico-raciais.

Este movimento na direção contra o mundo parte do pressuposto que ela, a *europa*, é o centro ou origem de tudo. Evidentemente numa visão etnocêntrica, os povos que mais tarde serão colonizados, são considerados inferiores a despeito de toda sua tecnologia, inteligência e cultura. Sobre isso Quijano (2005) afirma:

Enfim, o êxito da Europa Ocidental em transformar-se no centro do moderno sistema-mundo, segundo a apta formulação de Wallerstein, desenvolveu nos europeus um traço comum a todos os dominadores coloniais e imperiais da história, o etnocentrismo. Mas no caso europeu esse traço tinha um fundamento e uma justificação peculiar: a classificação racial da população do mundo depois da América. A associação entre ambos os fenômenos, o etnocentrismo colonial e a classificação racial universal, ajudam a explicar por que os europeus foram levados a sentir-se não só superiores a todos os demais povos do mundo, mas, além disso, naturalmente superiores. Essa instância histórica expressou-se numa operação mental de fundamental importância para todo o padrão de poder mundial, sobretudo com respeito às relações intersubjetivas que lhe são hegemônicas e em especial de sua perspectiva de conhecimento. (p.121)

Não obstante, as noções de “modernidade e a racionalidade foram imaginadas como experiências e produtos exclusivamente europeus” (p.122). Vale destacar que no estabelecimento desta outridade que em suma configurava *europa* e não-*europa*, como afirma Quijano (2005) o único outro possível de reconhecimento era o “orientes” em contraposição do “ocidente” *europeu*. Pessoas negras e indígenas foram categorizadas no lugar de primitivos, impossíveis de ser pensados numa relação de alteridade com o *europeu*, logo impossíveis de ser pensados em humanidades. No estabelecimento *europeu* do antropocentrismo, o homem no centro, este homem era o homem branco *europeu*, portanto, lançando à margem pessoas negras e indígenas.

Graças a sua dominação e extermínio dos povos e suas produções, a *europa* ocidental passa a impor aos seus colonizados e escravizados sua cultura, arte, religião e intelectualidade. Este estabelecimento do conhecimento centrado na *europa* define-se como *Eurocentrismo*. Como afirma Walter D. Mignolo (2008), não estamos referindo ao continente *europeu*: “Eurocentrismo não dá nome a um local geográfico, mas à hegemonia de uma forma de pensar fundamentada no grego e no latim e nas seis línguas européias e imperiais da modernidade; ou seja, modernidade/ colonialidade” (p.301). E nas palavras de Quijano (2005):

Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América. (p. 126)

Faz necessário o rompimento com esta dominação intelectual eurocêntrica e também falocêntrica (Ribeiro, 2017), ou seja, desta colonialidade. Para tanto é preciso uma decisão política *das/es/os* intelectuais cujo seu território carrega a marca histórica da subalternidade e

da colonização. Spivak (2010) define *subalterna/o*<sup>5</sup> como “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de tornarem membros plenos no estrato social dominante” (p. 12). Tal projeto intelectual e político compõe o que se define hoje como **descolonização e/ou decolonialidade**. Embora muitas vezes possam aparecer como sinônimos, os termos guardam algumas diferenças. A descolonização, como define Kilomba (2019), é o processo pelo qual a colonização é desfeita “politicamente, o termo descreve a conquista da autonomia por parte daquelas/es que foram colonizadas/os e, portanto, envolve a realização da independência e da autonomia.” (p.226). No entanto, como afirmam autores como Quijano (2005) e Santos (2018), nos territórios descolonizados, algo da colonização permeia seus governos, intelectualidades e relações sociais, ou seja, com a suposta descolonização persiste uma colonialidade, um modo colonial de funcionar. Nestes espaços, urge uma atitude contra colonial, portanto uma segunda descolonização (Santos, 2018). O termo decolonial refere-se então ao que a autora supracitada define como uma “contraposição à ‘colonialidade’, enquanto o descolonial seria uma contraposição ao ‘colonialismo’ (p.3).

E como disse Neusa Santos (1983): “Uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo. Discurso que se faz muito mais significativo quanto mais fundamentado no conhecimento concreto da realidade” (p.17). A descolonização é, portanto, um enfrentamento ao racismo que faz *metáfora do colonialismo*, como diz Kilomba (2019). É a valorização da produção intelectual e artística dos povos que foram submetidos à colonização e à escravização, assim como de nós, seus descendentes que carregam a marca da *Outridade*<sup>6</sup>.

5 É importante destacar a contradição apontada por Grada Kilomba (2019) em relação ao termo “subalterno” que compõe o título traduzido da obra de Gayatri C. Spivak: *Pode o subalterno falar?* Kilomba ao discutir os problemas nas palavras de língua portuguesa - que resgatamos na introdução deste trabalho-nos chama atenção ao fato de que embora Spivak seja uma mulher que em seu livro está discutindo o lugar da mulher, no caso a “subalterna”, o título foi traduzido masculinizando o termo.

6 *Outridade* é o conceito que Kilomba (2019) usa para definir a nossa “personificação de aspectos repressivos do “eu” do sujeito branco. Em outras palavras, nós nos tornamos a representação mental daquilo com o que o *sujeito branco* não quer se parecer” (p.38). Portanto, quer aniquilar.

Segundo Mignolo (2008), “decoloniedade, significa ao mesmo tempo: a) desvelar a lógica da colonialidade e da reprodução da matriz colonial do poder (que, é claro, significa uma economia capitalista); e b) desconectar-se dos efeitos totalitários das subjetividades e categorias de pensamento ocidentais”. O uso entre descolonial/decolonial, descolonização/decoloniedade, também revela uma decisão subjetiva e/ou política de cada *pesquisadora/e/o*. No meu entendimento, e portanto, o uso que farei aqui é que: enquanto a descolonização diz respeito ao processo/efeito, a decoloniedade corresponde a atitude contra a colonialidade

No caso da psicanálise brasileira, uma colonização se revela quando ao observarmos a hegemonia branca e eurocêntrica de nossos referenciais teóricos. Não obstante, e como mostraremos com os capítulos das psicanalistas Virginia, Neusa e Lélia, é pela colonialidade por meio do silenciamento e apagamento dessas autoras que mantém a estrutura colonial da produção de conhecimento psicanalítico no nosso país. Portanto, estas psicanalistas negras exemplificam, na vida e produção intelectual, uma atitude contra colonial, desafiando, e rompendo, com a lógica de dominação que quer “domesticar”, como afirma Lélia Gonzalez. Proporcionando uma descolonização da psicanálise e nos convocando para uma atitude decolonizada.

No Brasil, por exemplo, a lei de ensino da história e cultura afro-brasileira pode ser lida como caminho para descolonização do ensino, mas, ela por si só não é suficiente. É preciso que *as/es/os* intelectuais, *as/es/os educadoras/es/os*, passem a adotar um referencial afrocentrado e brasileiro<sup>7</sup>. Veja, não se trata de desvalorizar toda e qualquer produção branca, mas sobretudo de não as privilegiar em detrimento daquelas que contam de nossa realidade

<sup>7</sup> A Resolução CNE 01/2004, citada no capítulo anterior, foi elaborada para possibilitar que a formação *das/es/os* educadoras/es/os se estruture de tal maneira que a lei 10.639 seja exequível. Portanto, do ponto de vista jurídico temos sustentação legal para descolonizar a formação de *licenciadas/os*, por exemplo, mas aqui problematizamos o ponto de vista pedagógico e político desta questão.

que é *ladinoamefricana*. Portanto, Mignolo (2008), propõe uma *desobediência epistêmica* (p.288), e ainda afirma que:

Sem tomar essa medida e iniciar esse movimento, não será possível o desencadeamento epistêmico e, portanto, permaneceremos no domínio da oposição interna aos conceitos modernos e eurocentrados, enraizados nas categorias de conceitos gregos e latinos e nas experiências e subjetividades formadas dessas bases, tanto teológicas quanto seculares. Não seremos capazes de ultrapassar os limites do Marxismo, os limites do Freudismo e Lacanismo, os limites do Foucauldianismo; ou os limites da Escola de Frankfurt, incluindo um pensador fundamentado na história dos judeus e da língua alemã tão esplêndido quanto Walter Benjamin. Creio que ficará claro para leitores razoáveis que afirmar a co-existência do conceito descolonial não será tomado como “deslegitimar as idéias críticas europeias ou as idéias pós-coloniais fundamentadas em Lacan, Foucault e Derrida”. (p.288)

Queremos e devemos ultrapassar estes limites, e nesta direção que este trabalho, portanto, tem como objetivo **a descolonização da psicanálise brasileira pelo retorno à sua história no país, resgatando o protagonismo da intelectualidade negra, da fundação à sua consolidação**. Neste processo, ouviremos o que não foi dito no que se diz, lembraremos do que se tentou e tenta esquecer.

#### Capítulo IV - Virgínia Leone Bicudo: Os primórdios de uma psicanálise brasileira

Virgínia Leone Bicudo (1910-2003) foi uma mulher negra, socióloga e psicanalista. Gomes (2013) nos apresenta em sua tese de doutorado um detalhado histórico da vida e atuação como socióloga de Virgínia, é de sua tese que recolhemos as informações que seguem. Virgínia é filha de uma imigrante italiana chamada Giovanna Leone e de um homem negro, Theofilo Júlio Bicudo. A autora nos oferece uma interessante reflexão acerca da constituição do nome de Virgínia e que se referia o espaço social da fazenda: o primeiro nome, Virgínia, é uma homenagem a sua avó Virgínia Júlio, que fora escravizada e posteriormente alforriada; o segundo, Leone, sobrenome de sua mãe e que correspondia o movimento de imigração para o Brasil; e por último, mas certamente não menos importante, o sobrenome Bicudo, herdado pelo pai de Virgínia do dono da fazenda onde foi criado.

Sua vida e obra é marcada por pioneirismos: primeira mulher negra a entrar na Escola Livre de Sociologia de São Paulo - ELSSP; primeira dissertação de mestrado defendida no Brasil sobre relações raciais; primeira psicanalista não médica e primeira mulher negra analisada - que se tem notícia - da *américa-latina* (Gomes, 2013; Teperman e Knopf, 2011; Braga, 2016). Tais fatos por si só deveriam motivar o seu reconhecimento e importância na história da intelectualidade brasileira, sobretudo nos campos aos quais ela se referia – ciências sociais e psicanálise. Gomes (2017) fala do seu duplo apagamento na sociologia e na psicanálise, pois embora seja autora da primeira dissertação de relações raciais e tenha sido professora da ELSSP, Bicudo é desconhecida nos cursos de sociologia. Considerando nosso recorte de pesquisa, a psicanálise, destacamos o aspecto gritante e sintomático do seu apagamento já que Virgínia Leone Bicudo tem papel fundamental na fundação da psicanálise no Brasil, o que já foi evidenciado por outras pesquisas como as de Abraão (2006, 2009, 2010, 2014), Maio (2010), Teperman e Knopf (2011), Gomes (2013), Braga (2016),

Sua dissertação, “Atitudes de pretos e mulatos na cidade de São Paulo”, defendida em 1945 e publicada como livro em 2010 (Organizado por Marcos Chor Maio), reunia entrevistas realizadas por ela com *negras/es/os* da cidade e coleta de informações em documentos e jornais de uma instituição da época, a Frente Negra Brasileira. O objetivo de Bicudo era estudar as relações sócio raciais destes *sujeitas/es/os* e refletir sobre a presença do racismo na sociedade brasileira e como ela formata as relações inclusive do grupo racial vítima desta violência. Seu trabalho evidencia que além *das/es/os negras/es/os* sofrerem uma tripla violência cotidiana: *das/es/os brancas/es/os*, *das/es/os negras/es/os* e de si próprios; também desmistifica a ideia de que a ascensão social libertaria a pessoa negra de sofrer racismo (Bicudo, 2010).

A importância de sua pesquisa era tão grande que posteriormente ela a repete a convite do Projeto Unesco-Anhembi, agora preocupada com as crianças escolares - e talvez influenciada por sua prática como visitadora social no campo educacional da época -, pesquisa intitulada “Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas (1955)”. O Projeto Unesco-Anhembi é o principal trabalho vinculado a desmistificação do mito da democracia racial, nele foram reunidas diversas pesquisas voltadas para o tema das relações raciais. Mas, como já dissemos, por muito tempo poucos reconheceram a importância de Bicudo ou associaram-na a este projeto. Em contrapartida, a meu ver, revelando a incidência do machismo e racismo à brasileira, o protagonismo deste projeto foi atribuído a um par de homens brancos: Florestan Fernandes e Roger Bastide. A pesquisa de Bicudo, foi marginalizada no projeto como um anexo e seu reconhecimento foi suprimido, mesmo sendo uma pesquisadora mais experiente que Florestan Fernandes, inclusive, tendo sido sua professora (Maio, 2010).

Na psicanálise não foi diferente. Integrante do grupo que fundou a primeira Sociedade Brasileira de Psicanálise - SBPSP e do grupo de tradução permanente das primeiras edições

das Obras Completas de Sigmund Freud (Imago) - seu nome encontra impresso nos livros - Bicudo nunca foi devidamente situada como representante dos primórdios da psicanálise no Brasil. Ocupando o cargo de tesoureira durante anos na SBP (Maio, 2010), Virginia parece ter sido invisibilizada ao lado de Durval Marcondes, o qual recebe todos os créditos pela institucionalização da psicanálise no país. Embora tenha se tornando diretora da dita sociedade, tendo frequentado os seminários na casa de Melanie Klein (importante psicanalista inglesa), e se tornando professora da Universidade de Brasília e da Universidade de São Paulo (Teperman e Knopf, 2011), Virgínia Leone Bicudo é para muitos psicanalistas uma total estranha. Vale destacar, que a própria Virginia nos conta da reação contrária dos psicanalistas de sua época, que tentaram desautorizar a sua prática como psicanalista. “*Já fui chamada de charlatã*” ela diz em entrevista em 1994, na qual conta das acusações de charlatanismo que sofreu por ser uma não médica praticando psicanálise (Bicudo, 1994). Tal acontecimento, evidentemente racista e sexista, fez com que ela resolvesse ir para Londres se capacitar nos seminários de Melanie Klein.

Mas Bicudo não se calou ou se submeteu às regras sociais ou raciais de sua época. Sempre revolucionária, a psicanalista realizava um trabalho incomum entre os psicanalistas de sua época e, possivelmente, até hoje. Virgínia tinha uma coluna no jornal chamada “Nosso Mundo Mental” com a intenção de sanar dúvidas, democratizar a psicanálise e propagar a saúde mental na cidade. E de forma simbólica rompia os silêncios que a sociedade lhe imputava, apresentando um programa com o mesmo nome e objetivo, na Rádio Excelsior (Maio, 2010; Teperman e Knopf, 2011).

Diante do exposto, a história de Virgínia revela a tentativa de a embranquecer, pois, mesmo com suas contribuições para uma psicanálise brasileira, portanto, interessada e preocupada com a questão do negro; assim como seu pioneirismo e relevância para fundação da psicanálise no Brasil; teve seu protagonismo transferido a homens brancos (da sociologia e

da psicanálise), suas pesquisas esquecidas em detrimento daquelas sem cor e como se não bastasse, foi cadastrada em sua ficha de trabalho da ELSSP e representada numa pintura da SBPSP como uma mulher branca (Maio,2010). Sobre este fato, vale a pena retomar ao trabalho de Gomes (2013) na qual a autora revela sua desconfiança em relação a identificação racial de Virgínia pela sua representação na SBPSP e só obtendo a confirmação, de que se tratava de uma mulher negra, quando encontrou uma imagem de Virgínia na Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial.

No entanto, iremos destacar também além da sua atuação na clínica psicanalítica, bem como diretora da SBP-Sp e docente na Universidade de São Paulo e na Escola Livre de Sociologia; sua contribuição intelectual para sociologia e especialmente psicanálise. Portanto, além de sua dissertação *Atitudes de pretos e multados na cidade de São Paulo (1945)*, teremos seu artigo, *Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas (1955)*, e seu livro *Nosso mundo mental (1956)*. Este último um compêndio de suas produções para seu programa de nome homônimo na rádio Excelsior.

## Capítulo V - Neusa Santos Souza: Os efeitos do racismo no psiquismo e suas resistências

Após 38 anos da defesa pioneira de Bicudo, Neusa Santos Souza (1948-2008) publica em 1983 seu livro “Tornar-se Negro”, igualmente revolucionário, pois, trazia de forma inédita uma pesquisa psicanalítica interessada pela emocionalidade negra. No quase centenário da abolição e após 56 anos da fundação da psicanálise no Brasil, era a primeira vez que uma psicanalista e psiquiatra publicava um livro sobre o sofrimento psíquico de negros e negras em ascensão social. Como Bicudo, Neusa era uma mulher negra ocupando um lugar majoritariamente branco e masculino. Mulher preta retinta não deixava dúvidas, estética e intelectualmente falando, da sua negritude. Seu livro e seu corpo introduziram uma mudança no pensamento psicanalítico e psiquiátrico.

Vale ressaltar a dissertação de Penna (2019), *Escrevivências das memórias de Neusa Santos Souza: apagamentos e lembranças negras nas práticas psis*, no qual o autor se dedica a recuperar a trajetória de vida e profissional de Neusa, lançando mão da escrevivência como forma de não objetificar a psicanalista. Segundo o autor, Neusa nasceu na Bahia onde cresceu e estudou medicina, realizou sua residência em psiquiatria e iniciou sua formação psicanalítica. Muda-se para o Rio de Janeiro em meados de 1975, para cursar o mestrado que resultaria na sua obra mais conhecida, *Torna-se Negro*. Ele também afirma que ela esteve presente tanto em atividades do movimento negro à época, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Afrobrasileiros, bem como instituições críticas da psicanálise “pura”, como o Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições, e instituições de atendimento psiquiátrico com proposta antimanicomiais e que representaram o berço da reforma psiquiátrica no Brasil, como Núcleo de Atendimento Terapêutico e Centro Psiquiátrico Pedro II.

Neusa, com uma pesquisa intencionalmente clínica e política, ainda na introdução de seu principal trabalho, nos conta do seu anseio de desenvolver um campo de pesquisa de

negros para negros diante da angústia causada pela escassez de pesquisas como sua. Em suas palavras Souza (1983):

A justificativa histórica deste trabalho se fundamenta na constatação inequívoca da precariedade, no Brasil, de estudos sobre a vida emocional dos negros e da absoluta ausência de um discurso, a esse nível, elaborado pelo negro, acerca de si mesmo. A outra justificativa, presença insólita ou grande ausente dos trabalhos acadêmicos, é de caráter emocional. (p.17)

Algo me chama atenção: Neusa aparentemente não teve contato nem com a obra ou a pessoa Virgínia Bicudo, pois ela não é citada como referência bibliográfica ou enquanto mulher negra e psicanalista para seu livro. Nos dividir sempre foi uma estratégia escravocrata, e talvez o embranquecimento e apagamento sofridos por Bicudo tenham impossibilitado o encontro entre elas. Este encontro será feito aqui: suas pesquisas guardam semelhanças importantes. Naquilo que o referencial teórico - o sociológico - de Bicudo recorta e limita sua pesquisa para as atitudes raciais, o de Souza - a psicanálise - avança para o campo do psíquico. Como se Neusa estivesse preocupada com as consequências subjetivas daquilo que Bicudo verificou como práticas sociais, ou melhor, raciais.

A psicanalista irá realizar uma série de entrevistas com pessoas negras que possuem alguma mobilidade social, seja ela econômica, cultural ou intelectual. Considero relevante reafirmar que o método utilizado por Neusa é o da Histórias de Vida - *a/e/o leitora/e/o* irá reparar que citei Neusa no capítulo sobre a metodologia. Dentre as entrevistas ela irá selecionar uma que irá se tornar um capítulo de seu livro e que posteriormente será analisada à luz dos conceitos psicanalíticos.

Neusa nos ensina a fazer pesquisa e como ser *uma/e/o* psicanalista no Brasil. Os primeiros capítulos de sua obra estão dedicados a uma introdução sócio histórica antes de nos aventurarmos ao mundo psíquico e teorizar sobre ele. Desta forma, Neusa, satisfaz o desejo de Maria Lúcia da Silva, psicanalista preta e organizadora do livro, *Racismo e o Negro no Brasil: Questões para a psicanálise, 2017*, livro no qual afirma que: “É preciso a inauguração de

uma psicanálise brasileira comprometida com a construção de uma clínica que não recuse a realidade histórica-social de nosso país e que leve em consideração o impacto dessa história na construção das subjetividades.” (p.87). Neusa constrói a sua introdução sem separar o fato histórico, aquilo da História coletiva, da história singular, *das/es/os sujeitas/es/os*. Neusa concatena o fato histórico com as narrativas *das/es/os suas/es/eus entrevistadas/es/os* o que, aliás, corresponde à própria maneira de que se supõe o funcionamento do aparelho psíquico descrito pela psicanálise.

Com isso, além de reafirmar o estudo de Bicudo de que a ascensão social não extingue o racismo, é na relação com *a/e/o Outra/e/o* que *a/e/o Negra/e/o, brasileira/e/o*, se torna *Negra/o*. Neusa foca em mostrar como existe um conflito psíquico em *negras/es/os*, originado do campo social e introjetado *pelos/es/os sujeitas/es/os*. Trabalhando com os conceitos psicanalíticos de narcisismo, ideal de Eu e Eu ideal, ela mostra como o processo de subjetivação para *negras/es/os* é atingido pela estrutura social racista que impõe um ideal de brancura sempre incompatível com seus corpos. Estando *a/e/o negra/e/o* sempre em desvantagem material e psíquica de alcançar um estado de coisas, pois, estão alocados no lado da brancura: tanto no campo daquilo que eu possa desejar ser (*a/e/o branca/o*) como aquilo que devo evitar ser (*a/e/o negra/e/o*). Assim sendo a raça confundida na classe, a mobilidade social está vinculada necessariamente a deixar de ser *negra/e/o*, construindo *na/e/o negra/e/o* um Superego racista que repete a discriminação e a punição histórica da escravização.

Assim, negro não é uma condição dada a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro. [...] Tornar-se negro, portanto, ou consumir-se em esforços por cumprir o veredito impossível - desejo do Outro - de vir a ser branco, são alternativas genéricas que se colocam para o negro brasileiro que responde positivamente ao apelo da ascensão social. A possibilidade de construir uma identidade negra - tarefa eminentemente política - exige como condição imprescindível, a contestação do modelo advindo das figuras primeiras - pais ou substitutos - que lhe ensinam a ser uma caricatura do branco. Rompendo com este modelo, o negro organiza as condições de possibilidade que lhe permitirão ter um rosto próprio. A outra possibilidade alternativa, possibilidade impossível, em última instância, frágil utopia que reduz o negro a modelar-se segundo o figurino do branco, é aquela que, ao lhe acenar com um ideal inalcançável, engendra no negro uma ferida narcísica por não cumprir este ideal.

Esta ferida narcísica e os modos de lidar com ela constituem a psicopatologia do negro brasileiro em ascensão social e tem como dado nuclear uma relação de tensão contínua entre Superego, ego atual e Ideal do Ego (Souza, 1983, pp. 77-78).

Poderíamos completar com a afirmação de Isildinha B. Nogueira (2017), de que:

Como um “apartheid psíquico”, uma forma de racismo, parafraseando o sistema político de desenvolvimento nacional que se instaurou e tem funcionado e se mantido de maneira tão eficiente na psique do negro por separar ou apartar, segundo a cor e a raça. (pp. 121-122)

Assim como Bicudo, o destino da obra de Neusa será atravessado pelo racismo. Semelhante ao desvio do protagonismo sofrido pela primeira, no caso da segunda será pelo esquecimento. Inicialmente isto irá ocorrer graças ao ato - talvez inconsciente - do autor do prefácio do livro de Neusa, Jurandir Freire Costa. Após redigir o prefácio, o psicanalista resolve publicar outras edições de seu texto sem referenciar a obra na qual teve origem, o livro de Neusa (Braga, 2016). Dando início então a uma repetição do esquecimento já que quem lia e citava seu texto não citava o de Neusa.

Outro aspecto da história de Neusa se evidencia numa entrevista concedida ao programa Espelho de Lázaro Ramos que foi ao ar, em caráter de homenagem, no dia 28 de junho de 2009. Nesta entrevista Neusa afirma que por vinte anos nunca havia falado sobre o livro, *Torna-se Negro*, até ser convidada para o programa. Afirma que havia decidido pesquisar *outras/es/os sujeitas/es/os igualmente marginalizadas/es/os: as/e/os psicóticas/es/os*. Mesmo que possa parecer que ela tenha abandonado o tema, ela não desautoriza o seu livro dizendo em relação ao seu conteúdo: “já foi dito e muito bem-dito”. Mas, parece não se identificar mais com aquela autora de 1983. Embora saibamos que o fato de ser *negra/e/o* não obriga *a/e/o sujeita/e/o* a pesquisar e militar pela causa - o que seria outra forma de racialização - algo me parece estranho neste rompimento de Neusa com o tema. Na fala da psicanalista em entrevista, por vezes ela separa a militante negra e a negra psicanalista, parecia que eram lugares excludentes, afastar a militância para se tornar psicanalista. Era

como se Neusa realizasse em sua vida aquilo que teorizou em seu livro: para ascender socialmente é necessário se distanciar da negritude. Mas como sabemos, inclusive bem ensinados por Neusa em *Tornar-se Negro*, essas exigências racistas introjetadas *pela/e/o sujeita/e/o* vêm *da/o Outra/e/o*, da sociedade, e nesse caso - e historicamente evidenciado aqui - pela instituição psicanalítica. Após 25 anos, quando finalmente Neusa rompe com este silêncio, ela comete suicídio em 2008 (três meses após a entrevista). Será que romper este silêncio e se rebelando às exigências do racismo institucional da psicanálise, tenha sido um movimento insuportável - como muitas vezes é - ou talvez esta seja uma infeliz coincidência? Não podemos afirmar nada a respeito e sobretudo não podemos dizer por ela.

Mas, daremos ênfase às suas contribuições. Como aponta Penna (2019), Neusa foi contribuinte de importantes movimentos sociais, políticos e intelectuais que deixaram marcas importantes. Manteve um compromisso de transmitir a psicanálise de maneira independente, autônoma. O autor destaca também a sua participação no movimento psicanalíticos do Rio de Janeiro responsável por introduzir a leitura Lacaniana, assim como Lélia Gonzalez, como falaremos no próximo capítulo. Além, da sua atuação como clínica e docente, Neusa também nos deixa trabalhos publicados, como livros e artigos (sozinha ou em colaboração) e que foram listados pelo autor supracitado: *Torna-se Negro* de 1983; *A Psicose - Um Estudo Lacaniano* de 1991; artigos: *A questão do dinheiro na psicanálise* (1989), *A ética da psicanálise* de 1996; *A Forclusão, um Caso de Grandeza Negativa* (1994); *o Sexualidade e Morte na Psicose* (1995); *O sujeito suposto saber: Uma objeção à transferência na psicose?* (1999); *O Eu e o Sujeito: Ressentimento, culpa e responsabilidade* (2002); *O estrangeiro: nossa condição* (1998); *A clínica analítica com pacientes psicóticos é possível?* (2001); *Teoria e clínica da psicose* (1997).

## Capítulo VI - Lélia Gonzalez: Uma voz político contra a colonização intelectual

Lélia Gonzalez (1935-1994), nasceu em Belo Horizonte - MG, mas cresceu no Rio de Janeiro. Lélia, é uma das intelectuais mais importantes dos pensamento feminista negro ocidental. Ela inaugura a descolonização do pensamento feminista nacional (Cardoso, 2014). Sua atuação política e intelectual, é reconhecida internacionalmente, no entanto, pouco valorizada no contexto brasileiro fora do discurso e da intelectualidade dos movimentos negros. Aliás, vale ressaltar o seu papel na “fundação” do Movimento Negro Unificado. Ela nos conta de sua participação neste processo em seu livro, com co-autoria de Carlos Hasenbalg, intitulado Lugar de Negro<sup>8</sup>, 1982, em que se discute o lugar político *da/e/o negra/e/o*. Por meio dele também tomamos conhecimento da sua relação com Neusa, quando ela diz: “De acordo com nossa companheira de MNU, Neusa Santos Souza, em seu importante trabalho sobre o drama de ser negro no Brasil” (p.54-55).

Embora Lélia seja reconhecida no interior dos Movimentos Negros no Brasil e internacionalmente, basta lembrar da grande Angela Davis nos dizendo: “Vocês não precisam de mim, vocês tem Lélia Gonzalez. Leiam Lélia Gonzalez!”<sup>9</sup>. A sua obra é pouco estudada fora do campo das ciências sociais, político e feminista negro (não diferente do caso de Virgínia e Neusa). Mais uma vez o epistemicídio se revela na psicanálise brasileira contra seus fundadores. Lélia Gonzalez é ao lado de MD Magno uma das fundadoras do Colégio Freudiano do Rio de Janeiro em 1975, instituição reconhecida pela inauguração e difusão da leitura lacaniana da psicanálise no Brasil (Rodrigues, 2020).

. Em seus textos e comunicações é explícito o uso singular que ela faz da linguagem se opondo a dominação discursiva<sup>10</sup> que o português, e seu idioma, nos deixou como herança.

<sup>8</sup> Destaco a semelhança nos títulos de Lélia e Neusa, Lugar de Negro e Tornar-se Negro respectivamente. Enquanto Lélia discute a dimensão política do “lugar de”, Neusa trabalha o processo psíquico, “tornar-se”

<sup>9</sup> Fala proferida por Angela Davis em sua passagem pelo Brasil em 2019

<sup>10</sup> Sobre a dominação discursiva da língua portuguesa lembro Grada Kilomba e sua “carta ao leitora/o” que abre seu livro, já citado aqui, Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano”. Destaco o fato de embora apresentando variações tão grandes que fazem o “português brasileiro” ser absolutamente diferente do

Em um de seus textos, “Categoria político-cultural de amefricanidade”, 1988a, ela nos apresenta pela articulação de elementos históricos e psicanalíticos os conceitos de **pretuguês** e **amefricanidade**. Ela adota uma linguagem subversiva e singular onde mistura termos africanos, indígenas, e brasileiros. Ela fala o que deveria ser nossa língua oficial, o *pretuguês*. Pretuguês é um termo de sua autoria para nomear não só a influência do vocabulário africano no idioma português mas também, como nos mostra em um outro texto, “Racismo e Sexismo na cultura brasileira”, o seu caráter de língua materna, resgatando a cena colonial das *Amas de Leite*, a *Mãe Preta*, ou a somente *à Mãe*, pois é ela quem ocupa o lugar materno, que transmite a língua, e não a mãe branca, que acaba ocupando apenas o lugar de reprodução biológica (Gonzalez, 1983). Vale ressaltar, que até os dias de hoje podemos observar esta dinâmica na figura das empregadas e babás.

Gostaríamos de retornar na questão da voz em torno do conceito, ou melhor, na questão da língua e na sua função de transmissão. O pretuguês nos revela duas dimensões: a singularidade de uma linguagem preta e a potência da transmissão da negritude. O pretuguês como vimos, costura o tecido social brasileiro mas, no caso de nós negras e negros, junto com a voz carregamos outras marcas que explicitam a negritude. Contra isso a branquitude luta constantemente, no ato de *denegação do racismo*. Sobre o conceito, cito novamente Lélia Gonzalez (1988):

Para um bom entendimento das artimanhas do racismo acima caracterizado, vale a pena recordar a categoria freudiana de *denegação (Verneinung)*: “processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um de seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalcado, continua a defender-se dele, negando que lhe pertença” (Laplanche e Pontalis, 1970). Enquanto denegação de nossa ladinoamefricanidade, o racismo “à brasileira” se volta justamente contra aqueles que são o testemunho vivo da mesa (os negros), ao mesmo tempo que diz não o fazer (“democracia racial” brasileira). (p.71)

Mesmo que o enfoque psicanalítico esteja mais presente nos seus textos “Racismo e Seximos na cultura brasileira” e “Categoria político-cultural de amefricanidade”, sua obra português de Portugal, nosso idioma receber e manter o nome de seu colonizador revelando implicitamente o sintoma neurótico brasileiro Lélia irá apresentar.

deve interessar a psicologia e a psicanálise pois se trata de um olhar sobre a construção histórico-social do Brasil. Vale destacar, que mesmo que em seu livro, Lugar de Negro, o tema seja história política e social do negro brasileiro, em vários parágrafos é possível perceber explicitamente a influência da psicanálise em suas elaborações.

Apostamos que é pela linguagem que Lélia Gonzalez faz furo na psicanálise. É por e pela voz que ela escancara a dinâmica psíquica brasileira, e por extensão à psicanálise. Só que ela não será ouvida atentamente, afinal não encontramos de maneira abrangente trabalhos de psicanálise que estudam suas contribuições, tampouco vemos seus textos contemplados em referenciais teóricos de formação psicanalítica. Parece que Lélia falou coisas que os psicanalistas não queriam (ou querem) ouvir e desta forma eles assumem uma surdez seletiva (parafrazeando José Tiago Reis Filho, que em sua tese *Negritude e Sofrimento Psíquico*, em que nos conta da experiência de negros e negras que não são ouvidos nos consultórios de psicanalistas brancos). Em levantamento nas bases de dados Scielo, Pepsic, Scholar, BVS-psi, encontramos poucos trabalhos de psicologia e psicanálise que se debruçam sobre as contribuições de Lélia. As plataformas Pepsic e BVS-psi que reúne trabalhos especificamente do campo da psicologia, não retornaram nenhum dado ao pesquisar: “lélia gonzalez” ou seus conceitos de “pretoquês” e “amefricanidade”. Os trabalhos que tivemos por outras vias<sup>11</sup> foram:” O Édipo Negro: Estrutura e Argumento” (Lima, 2019) e “O lugar e a fala: a psicanálise contra o racismo em Lélia Gonzalez” (Ambra, 2019).

Contra esta tentativa de silenciamento, recorreremos ao trabalho de Santos (2013) em contempla em seu artigo onde faz um levantamento dos trabalhos de Lélia e de outros dedicados a contar a sua história. Podemos organizar, a partir do artigo de Santos (2013) os trabalhos de Lélia da seguinte forma: trabalhos de tradução de livros de filosofia e psicanálise, sendo eles, “Compêndio moderno da Filosofia” (1973), “Curso Moderno de Filosofia: introdução à filosofia das ciências” (1975), “Freud e a psicanálise” (1976); seu livro “Lugar

11 Através de indicações de conhecidos, palestras e etc.

de Negro” (1982) e os seus textos, “Festas Populares no Brasil” (1987), “A mulher negra na sociedade Brasileira” (1982), “As Amefricanas do Brasil” (1988b), e outros não citados no seu artigo mas que tivemos acesso como, “Racismo e Sexismo na cultura brasileira” (1983), “A categoria político-cultural de amefricanidade” (1988a) e “A juventude negra brasileira e a questão do desemprego (1979). Ainda com Santos (2013) teremos os trabalhos teórico-biográficos sobre Lélia, como: “Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez” Barreto (2005), “Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez (1970-1990)” Viana (2006), “Lélia Gonzalez” Ratts e Rio (2010).

### **Considerações Finais**

É evidente que o racismo atravessa as construções subjetivas de *negras/os/es* e *brancas/os/es brasileiras/os/es*. Como vimos o racismo há muito tempo deixou de encontrar os seus fundamentos nas explicações biológicas e sua permanência na sociedade se dá pelas práticas sociais e construções psicológicas que retroalimentam as teorias sociais, raciais e psicológicas das diferenças. Seja pela exclusão de referencial teórico pro-negritude seja pela inserção de teorias racistas revelando o epistemicídio, este conjunto de estratégias tem como objetivo o aniquilamento de um determinado grupo de ideias, no caso a intelectualidade negra.

Tal exercício do racismo faz parte da historiografia da psicanálise brasileira, em destaque pelas estratégias de silenciamento, o apagamento/esquecimento e o embranquecimento. Basta que se pergunte nos cursos de psicologia e psicanálise: quem foi Virgínia Leone Bicudo, Neusa Santos Souza, Lélia Gonzalez? Poderíamos ainda perguntar quem é Maria Lúcia da Silva, Isildinha Baptista ou até Grada Kilomba, Frantz Fanon e Achille Mbembe? Neste trabalho centralizamos em três gerações de mulheres pretas psicanalistas falando sobre a experiência negra no Brasil. Três mulheres esquecidas, excluídas da transmissão psicanalítica.

Portanto, o racismo é um fenômeno que deve interessar a psicanálise brasileira não só pela sua origem e efeito no psiquismo, mas por estar intimamente relacionado com a sua própria história. Destacando a práxis, como bem mostrado no livro “O racismo e o negro no Brasil: Questões para a psicanálise” o campo interventivo da psicanálise contra o racismo é amplo, e aqui tivemos alguns exemplos: Virgínia na Educação, Neusa na Clínica e Lélia na política. Mulheres que atuaram nos três verbos impossíveis de Freud, o Educar, o Clinicar e Governar. Mas o que parece ser tomado como impossível, ou inadmissível, no Brasil, são

mulheres pretas ocupando e falando de outros lugares, ficando evidente o pacto entre racismo e sexismo no epistemicídio brasileiro.

Nessa sociedade racista que tenta esquecer da escravização, as obras e vidas dessas mulheres parece surgir como um confronto daquilo que “a lógica de dominação tenta domesticar” apontado por Lélia Gonzalez. Em psicanálise aprendemos que aquilo que não é falado, retorna como sintoma, nesse sentido, seria o silenciamento e apagamento de um referencial “negracentrado”, parafraseando Gonzalez, o sintoma neurótico racial da instituição psicanalítica brasileira? Vejamos as estratégias: Virginia sendo a primeira mulher negra na psicanálise e estudando as relações sociorraciais, fora embranquecida; Neusa primeiro estudo psicanalítico da emocionalidade negra, denunciou a escassez de estudos como o seu, foi esquecida pelo apagamento de seu livro como referência; Lélia que nunca se calou nem se submeteu a língua colonizadora não foi ouvida pelos seus pares. Estes acontecimentos nos apontam que historicamente a psicanálise e *as/es/os* psicanalistas *brasileiras/es/os* agem em relação *às/es/os negras/es/os* e suas questões pela **denegação** e **esquecimento**.

Por outro lado, busquei evidenciar a (r)existência destas mulheres como ato revolucionário à norma branca, atos contra a colonialidade, inscrevendo furo com suas bio e biblio-grafias na história e transmissão da psicanálise no nosso país e, portanto, cartografando marcas, mapas e caminhos, para uma psicanálise brasileira descolonizada. Por elas, e através delas podemos alcançar aquilo que Maria Lúcia da Silva, epígrafe deste trabalho, uma psicanálise brasileira preocupada com a realidade sócio histórica na qual está inserida (Silva, 2017).

Desejamos que trabalhos como este e tantos outros contribuam para o fim da repetição do silenciamento sobre o tema e sobre *as/es/os intelectuais* e psicanalistas *negras/es/os*. Somente quando assumirem uma postura antirracista, e portanto, com uma desobediência epistêmica (Mignolo, 2008), a psicanálise no Brasil poderá contribuir na superação do e de

seus racismos. É urgente que a formação psicanalítica não apenas introduza as mulheres apresentadas aqui como referencial teórico, mas que assuma uma postura como as delas: política e militante por uma psicanálise brasileira: com a nossa língua, nossos registros, nossos contornos e nossa cor.

E antes do fim deste texto reafirmo o que disse no início: não há aqui a pretensão de dizer tudo ou mesmo portar uma verdade. Este trabalho deve ser tomado como catalisador de discussões posteriores. Por isto encerro este texto não com um ponto final, mas como um ponto e vírgula;

## REFERÊNCIAS

- Abrão, Jorge L. F. (2006). **As influências da psicanálise na educação brasileira no início do século XX**. *Psic.: Teor. e Pesq.*, 22(2) Recuperado de: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722006000200013&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722006000200013&lng=en&nrm=iso)
- Abrão, Jorge L. F. (2009). **As origens da psicanálise de crianças no Brasil: entre a educação e a medicina**. *Psicologia em Estudo*, 14(3),423-432 Recuperado de: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/6597>
- Abrão, Jorge L. F. (2010). **Virgínia Bicudo: a trajetória de uma psicanalista brasileira**. São Paulo: Arte & Ciência; Fapesp
- Abrão, Jorge L. F. (2014) **Virgínia Leone Bicudo: pioneira da psicologia e da psicanálise no Brasil**. *Interação em Psicologia*, Curitiba, v. 18, n. 2, p. 217-227, maio/ago. Recuperado de: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/30759>
- Abreu, Waldir F. de. (2004) **História de vida como Metodologia de Pesquisa: O relato de vida de um menino de rua da Praça da República em Belém do Pará**. *Revista Margens Interdisciplinar*, Belém, v.1, n. 2, p. 41-55. Recuperado de: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2849>
- Almeida, Sílvio Luiz de. (2018). **O Que É Racismo Estrutural**. São Paulo: Letramento.
- Ambra, Pedro (2019) **O lugar e a fala: a psicanálise contra o racismo em Lélia Gonzalez**. *SIG: Revista de Psicanálise*, v. 14, p. 85-101.
- Barreto, Raquel de Andrade (2005). **Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez**. Tese (Doutorado), PUC, Rio de Janeiro. Recuperado de: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=7183@1>
- Bento, Maria Aparecida Silva (2014). Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray;. BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia social do racismo - estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis-RJ, Vozes, pp.25-58, Ed:6
- Bicudo, Virgínia Leone. (1955) Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas. In: BASTIDE, R.; FERNANDES, F. (eds.) *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Unesco, Anhembi, . p.227-310.
- Bicudo, Virgínia Leone.(1956) *Nosso Mundo Mental*. Instituição Brasileira de Difusão Cultural.
- Bicudo, Virgínia Leone. (1994) Já fui chamada de charlatã. Depoimento a Cláudio João Tognolli. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Caderno Mais, p. 6, 5 de jun. de 1994. Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/6/05/mais!/12.html>
- Bicudo, Virgínia Leone. (2010) **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo [1945]**. São Paulo: Sociologia e Política.

- Braga, A. P. M. (2016). **Os Muitos Nomes De Silvana: Contribuições Clínico-políticas Da Psicanálise Sobre Mulheres Negras**. Tese De Doutorado Em Psicologia Clínica, Instituto De Psicologia, Universidade De São Paulo, São Paulo, Brasil. Recuperado em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-10052016-104955/pt-br.php>
- Brasil. (2003). **Lei Nº 10639, de 9 De janeiro**. Inclui No Currículo Oficial Da Rede De Ensino A Obrigatoriedade Da Temática "História E Cultura Afro-brasileira". Brasília: Presidência Da República.
- Brasil. (2010). **Lei Nº. 12.888. De 20 De Julho**. Institui O Estatuto Da Igualdade Racial. Brasília: Presidência Da República. Recuperado de: [Http://Www.Planalto.Gov.Br/Ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/Lei/L12288.Htm](Http://Www.Planalto.Gov.Br/Ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Lei/L12288.Htm).
- Brasil. (2012). **Lei Nº. 12.711 De 29 De Agosto**. Dispõe Sobre O Ingresso Nas Universidades Federais E Nas Instituições Federais De Ensino Técnico De Nível Médio E Dá Outras Providências. Brasília, 29 De ago. 2012.
- Cardoso, Cláudia P. (2014) **Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, 2014.
- Carneiro, Suely (2005) **A Construção Do Outro Como Não-ser Como Fundamento Do Ser**. São Paulo: Universidade De São Paulo. Tese De Doutorado
- Carone, Iray. (2014). Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In I. Carone & M. A. Bento (Orgs). *Psicologia Social do Racismo* (pp. 13-24). Petrópolis: Vozes. Ed: 6
- Conselho Federal De Psicologia - CFP. (2017). **Relações Raciais: Referências Técnicas Para Atuação De Psicólogos/Os**. Brasília, DF: O Autor. Recuperado de: <https://site.cfp.org.br/publicacao/relacoes-raziais-referencias-tecnicas-para-pratica-dao-psicologao/>
- Conselho Federal De Psicologia - CFP. (2012) **Resolução Nº 18. Estabelece Normas De Atuação Para Os Psicólogos Em Relação Ao Preconceito E À Discriminação Racial**. Brasília, DF: O Autor.
- Dicionário Michaelis. **Encruzilhada**. Recuperado de: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=encruzilhada> .
- Evaristo, Conceição. (2008). *Vozes-Mulheres*. In: *Poemas da recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008. Recuperado de: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/24-textos-das-autoras/923-conceicao-evaristo-vozes-mulheres>
- Gioppo, Christiane. (1996) **Eugenia: A Higiene Como Estratégia De Segregação**. Educar Em Revista, Curitiba, N. 12, P. 167-180.
- Gomes, Janaina Damasceno (2013). **Os segredos de Virgínia: estudos de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955)**. Tese (Doutorado), FFLCH – USP, São Paulo. Recuperado de: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-14032014-103244/pt-br.php>

- Gonzalez, Lélia. (1979). **A juventude negra brasileira e a questão do desemprego**. Resumo apresentado na Segunda Conferencia Anual do African Heritage Studies Assotiation, 26-29, April.
- Gonzalez, Lélia., Hasenbalg, C. (1982) **Lugar do negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- Gonzalez, Lélia. (1982) **A mulher negra na sociedade brasileira**. In: MADEL, L. (ed.). O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal
- Gonzalez, Lélia. (1983) **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244.
- Gonzalez, Lélia. (1987). **Festas populares no Brasil**. Rio de Janeiro: Índex.
- Gonzalez, Lélia. (1988a) **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, v. 92, n. 93, p. 69-82. Recuperado de: <https://institutoodara.org.br/public/gonzalez-lelia-a-categoria-politico-cultural-de-amefricanidade-tempo-brasileiro-rio-de-janeiro-v-92-n-93-p-69-82-jan-jun-1988b-p-69-82/>
- Gonzalez, Lélia. (1988b) **As amefricanas do Brasil e sua militância**. Jornal Maioria Falante. maio-junho,. p. 05
- Kilomba, Grada (2019). **Memórias Da Plantação – Episódios De Racismo Cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. 1ª Edição. Rio De Janeiro: Cobogó.
- Lacan, Jacques. (1986) O Seminário. Livro 1; os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Ed. J.Zahar.
- Lima, Rafael Alvez (2019) **O Édipo Negro: Estrutura e Argumento**. Acta Psicossomática, v. 2, n.2, p. 26-39. Recuperado de: <http://www.actapsicossomatica.com.br/ojs/index.php/acta/article/view/15>
- Maccali, Nicole, Minghini, L., Walger, C., e Roglio, K. (2013) **Histórias de vida: uma possibilidade metodológica de pesquisar os aspectos subjetivos no processo de tomada de decisão**. In: Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro
- Mai, L.D E E.L.S. Angerami (2006). **Eugenia Negativa E Positiva: Significados E Contradições**. Rev. Latino-am Enfermagem, 14, 2, 251-258.
- Maio, M. C.. (2010) **Educação sanitária, estudos de atitudes raciais e psicanálise na trajetória de Virgínia Leone Bicudo** . Cadernos Pagu (35), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2010, pp.309-355. Recuperado de: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332010000200011&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332010000200011&script=sci_arttext)
- Mignolo, Walter D. (2008) **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. Cadernos de Letras da UFF: Dossiê: Literatura, língua e identidade, n.34, p.287-324,. Recuperado de: [www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/traducao.pdf](http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/traducao.pdf)

- Ministério Da Educação (2004). **Resolução CNE/CP N.º 1**, de 17 De junho. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais Para A Educação Das Relações Étnico-raciais E Para O Ensino De História E Cultura Afro-brasileira E Africana. Brasília: Conselho Nacional De Educação.
- Moore, Carlos W. (2007) **O Racismo Através Da História: Da Antiguidade À Modernidade**. Recuperado de: [www.ipeafro.org.br/10\\_afro\\_em\\_foco/index.htm](http://www.ipeafro.org.br/10_afro_em_foco/index.htm)
- Monteiro, Rosana Batista (2010). **A Educação Para As Relações Étnico-raciais Em Um Curso De Pedagogia: Estudo De Caso Sobre A Implantação Da Resolução CNE/CP 01/2004**. 2010. Tese (Doutorado Em Educação) - Universidade Federal De São Carlos, São Carlos.
- Munanga, K. (2002). **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Rio de Janeiro: Cadernos PENESP, 5. Recuperado de: <https://www.geledes.org.br/kabengele-munanga-uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia/>
- N. M. Kon; M. L. Silva; C. C. Abud (2017) **O Racismo E O Negro No Brasil: Questões Para A Psicanálise**.
- Nogueira, Isildinha Baptista. (2017). **Cor E Inconsciente**. In: Abud, C., Kon, N., & Silva, M. L. (Orgs.). **O Racismo E O Negro No Brasil: Questões Para A Psicanálise** (Pp. 121-126). São Paulo: Perspectiva.
- Nogueira, Maria Luísa Magalhães Et. Al. (2017) **O Método De História De Vida: A Exigência De Um Encontro Em Tempos De Aceleração**. *Pesqui. Prát. Psicossociais* [online]. 2017, Vol.12, N.2, P. 466-485. Recuperado de: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082017000200016](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000200016)
- Penna, Willian Pereira (2019). **Escrevivências das memórias de Neusa Santos Souza: apagamentos e lembranças negras nas práticas psis**. Dissertação (Mestrado), UFF, Niterói. Recuperado de: [https://app.uff.br/slab/index.php/busca/formulario\\_completo/1120](https://app.uff.br/slab/index.php/busca/formulario_completo/1120)
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber – eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americanas* (pp. 227-278). Buenos Aires: CLACSO
- Ratts, Alex; Rios, Flavia (2010). Lélia Gonzalez. São Paulo: Selo Negro
- Ribeiro, Djamila (2017). **O Que É Lugar De Fala?** Belo Horizonte. Letramento: Justificando. 2017.
- Rodrigues, Carla (2020) **Leiam Lélia Gonzalez**. *Revista Cult*, n. 55, março. Recuperado de: <https://revistacult.uol.com.br/home/leiam-lelia-gonzalez/>
- Rodrigues Junior, Luiz R. (2018). **Pedagogia das Encruzilhadas**. *Revista Periferia*, v.10, n.1, p. 71-88, jan./jun. 2018. Recuperado de: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/31504>

- Santos, Vívian Matias dos. (2018) **Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência**. Revista Psicologia Social, Belo Horizonte , v. 30, pág. 1-11. Recuperado de: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0102-71822018000100242&lng=pt&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-71822018000100242&lng=pt&nrm=iso)
- Spivak, Gayatri Chakravorty. (2010). **Pode O Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora Da UFMG.
- Santos, Luana Diana (2013) . **História Oral de Vida de Lélia Gonzalez: primeiros passos**. Caderno Espaço Feminino (UFU) , v. 26, p. 164-172. Recuperado de: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/23854>
- Souza, Neuza Santos. (1983). **Tornar-se Negro Ou As Vicissitudes Da Identidade Do Negro Brasileiro Em Ascensão Social**. Rio De Janeiro: Graal.
- Souza, Neuza Santos. (1989) **A questão do dinheiro na psicanálise**. In: Souza, Neuza Santos Agenda de Psicanálise. Rio de Janeiro: Xanon. p. 242-45.
- Souza, Neuza Santos. (1991) **A Psicose: um estudo Lacaniano**. Rio de Janeiro: Campus
- Souza, Neuza Santos (1994) **A Forclusão, um caso de grandeza negativa**. Boletim de Novidades, n. 59, p. 43-53, mar.
- Souza, Neuza Santos (1995) **Sexualidade e morte na psicose**. Boletim de Novidades, n. 72, p. 51-59, abr.
- Souza, Neuza Santos (1997) **Teoria e clínica da psicose**. Latusa, Rio de Janeiro, n.1, p. 154-156, ago.
- Souza, Neuza Santos (1999). **O Sujeito Suposto Saber: Uma objeção à transferência na Psicose?** Ágora, Estudos em Teoria Psicanalítica, v.2 n.1 p. 109-119. 1999. 120
- Souza, Neuza Santos (2002) **O Eu e o Sujeito: Ressentimento, culpa e responsabilidade**. Cadernos de psicanálise - Circulo Psicanalítico do Rio de Janeiro, n.15, p. 59-76, mai.
- Souza, Neuza Santos (2008) **Trilogia da Mente. Programa Espelho. Entrevista concedida a Lázaro Ramos e Sandra Almada**. Rio de Janeiro: Canal Brasil, 2008. Programa de TV. Transmitido em: 4 ago.
- Taperman, Maria H. I., Knopf, Sônia (2011) **Virgínia Bicudo: uma história da psicanálise brasileira**. Jornal de Psicanálise, vol. 44, n.80, pp. 65-77 Recuperado de: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0103-58352011000100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-58352011000100006&lng=pt&nrm=iso)
- Torres, Lilian de Lucca. (2008). **Reflexões sobre raça e eugenia no Brasil a partir do documentário "Homo sapiens 1900" de Peter Cohen**. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, 2. Recuperado de: <http://n-a-u.org/pontourbe02/torres1.html>
- Vianna, Elizabeth do Espírito Santo (2006). **Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez (1970-1990)**. Dissertação (Mestrado em História

Comparada) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro